

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: **Compliance e Direitos Sociais**

Ano/Semestre: 2023/2

Carga horária total: 30h/a

Créditos: 2 Créditos

Área temática: Direito

Código da disciplina: 121803

Professor: Prof. Dr. Cristiano Colombo

EMENTA

Análise econômica do direito e contexto empresarial, com noções básicas acerca da teoria econômica da empresa e a perspectiva dos custos de transação. Direito do trabalho e economia, o contrato de trabalho sob a perspectiva de análise da assimetria informacional, custos de agência, risco moral, seleção adversa e sinalização. O efeito de aprisionamento contratual (contractual hold-up) e a relação de trabalho. Economia comportamental e vieses cognitivos aplicados ao contrato de trabalho. Análise de custo-benefício, a efetivação de programas de compliance trabalhista e o halo effect.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Programas de Compliance. O Compliance como instituto originário do Direito Penal e Direito Administrativo. Empresa e Compliance. Risco Judicial e Compliance. Efetivação do Compliance em matéria trabalhista.

OBJETIVOS

- a) Trabalhar com as ferramentas de análise econômica do direito na percepção do contexto empresarial, principalmente na visão da empresa como polo contratual;
- b) Dominar noções básicas de análise econômica do direito de trabalho, especialmente a assimetria informacional no contrato de trabalho e potenciais custos de agência, com a identificação de situações envolvendo risco moral, seleção adversa e sinalização;

c) Compreender noções básicas de economia comportamental, através do exame dos principais vieses cognitivos e sua caracterização na relação de trabalho.

METODOLOGIA

Serão utilizadas variadas metodologias para o desenvolvimento das atividades planejadas, especialmente preparação e apresentação de seminários e de relatórios de leitura, pesquisa em sala de aula, estudos de casos, construção de mapas conceituais, *design thinking*, *frameworks*, árvores de decisão e outros modelos.

AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada a partir de competências, posicionadas a partir de conhecimentos, habilidades e atitudes, incluindo a apresentação de seminários e outras atividades desenvolvidas em sala de aula e fora dela (alicerçadas no exercício de estruturação de tema, delimitação do tema, problema, hipótese e objetivos), participação qualificada nas aulas, assiduidade elaboração de artigo científico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BORJAS, George. **Economia do trabalho**. Trad. R. Brian Taylor. Rev. téc. Giacomo Balbinotto Neto. 5. ed. Porto Alegre: AMGH, 2012.

BRAGA NETTO, Felipe Peixoto; SILVA, Michael César; THIBAU, Vinícius Lott (coord.). **O Direito Privado e o novo Código de Processo Civil: repercussões, diálogos e tendências**. Belo Horizonte: Fórum, 2018.

CAVALLI, Cassio. **Empresa, direito e economia**. São Paulo: Saraiva, 2014.

COASE, R. H. **The firm, the market and the law**. [S. l.]: The University of Chicago Press, 1990.

COIMBRA, Marcelo de; MANZI, Vanessa A. **Manual de compliance: preservando a boa governança e integridade das organizações**. São Paulo: Atlas, 2010.

COOTER, Robert D.; UELEN, Thomas. **Direito e economia**. Porto Alegre: Bookmann, 2010.

EASTERBROOK, F. **The economic structure of corporate law**. Cambridge, USA: Harvard University Press, 1996.

GORGA, Érica. **Direito societário atual**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

KRAAKMAN, Reiner *et al.* **The anatomy of corporate law: a comparative and functional approach.** Oxford: Oxford University, 2000.

MACKAAY, Ejan; ROUSSEAU, Stéphane. **Análise econômica do direito.** São Paulo, Atlas, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABRAHAM, Marcus. **Manual de auditoria jurídica: legal due diligence: uma visão multidisciplinar no direito empresarial brasileiro.** Rio de Janeiro: Quartier Latin, 2007.

ARAÚJO, Fernando. **Análise econômica do direito, programa e guia de estudo.** [S. l.]: Almedina, 2008.

ASQUINI, Alberto. Perfis da empresa. **Revista de Direito Mercantil**, São Paulo, n. 104, p. 108-126, out./dez. 1996.

BAINBRIDGE, Stephen M. **Corporate governance after the financial crisis.** Oxford: Oxford University Press, 2013.

CARLOTO, Selma. **Compliance trabalhista.** São Paulo: LTr, 2020.

CARLOTO, Selma. **Lei Geral de Proteção de Dados Comentada com enfoque nas relações trabalhistas.** São Paulo: LTr, 2021.

GONÇALVES NETO, Alfredo de Assis. **Direito de empresa.** 3. ed. São Paulo: RT, 2010.

HEINEN, Juliano. **Comentários à Lei Anticorrupção – Lei 12.846/2015.** Belo Horizonte: Fórum, 2015.

NORTH, Douglass C. **Custos de transação, instituições e desempenho econômico.** [S. l.]: Instituto Liberal, 2002.

POSNER, Richard A. **Economic analysis of law: aspen law.** 8th ed. [S. l.]: Wolters Kluwer, 2005.

SILVEIRA, Alexandre Di Miceli da. **Governança corporativa no Brasil e no mundo.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

SZTAJN, Rachel. **Teoria jurídica da empresa: atividade empresária e mercados.** São Paulo: Atlas, 2004.

SZTAJN, Rachel; ZYLBERSZTAJN, Decio. **Direito, economia e organizações.** [S. l.]: Campus, 2005.

YAZBEK, Otavio. **Regulação do mercado financeiro e de capitais.** 2. ed. [S. l.]: Elsevier, 2008.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: **Contratos**

Ano/Semestre: 2023/2

Carga horária total: 30h/a

Créditos: 2 Créditos

Área temática: Direito

Código da Disciplina: 112150

Professor: Prof. Dr. Fabiano Koff Coulon

EMENTA

Estudo do instituto jurídico “contrato” mediante a análise dos pressupostos teóricos que o fundamentam. Princípios incidentes em matéria contratual; sua formação e responsabilidade pré-contratual. Principais espécies contratuais. Disciplina dos contratos e sua repercussão econômica (análise econômica do contrato). Conexidade e catividade contratual. Contratos de consumo, empresariais e internacionais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Formalismo e funcionalismo no direito dos contratos.
- Análise econômica dos contratos: assimetria de informações, risco moral (moral hazard), seleção adversa (adverse selection) e sinalização.
- Princípios de direito obrigacional/contratual: autonomia privada, boa-fé objetiva, equilíbrio e função social.
- Formação dos contratos.
- Interpretação dos contratos civis, empresariais, de consumo e internacionais.
- Responsabilidade civil e contratos.
- Tipicidade, atipicidade e espécies contratuais.

PLANO DE ENSINO

DATA	HORÁRIO	TEMA	ORIENTAÇÃO

01/09	15h-18h	Apresentação da disciplina e da metodologia. Divisão dos seminários.	Aula expositiva e dialogada com o Professor.
15/09	15h-18h	Análise Econômica do Direito Contratual: Coase e os Custos de Transação - Introdução.	Aula expositiva e dialogada com o Professor.
22/09	15h-18h	Análise Econômica do Direito Contratual: Teoria dos Custos de Transação de Oliver Williamson.	Aula expositiva e dialogada com o Professor.
29/09	15h-18h	Análise Econômica do Direito Contratual: Assimetria Informacional, em especial Risco Moral e Seleção Adversa.	Aula expositiva e dialogada com o Professor.
06/10	15h-18h	Seminário: Incomplete Contractual e a Problemática do Contrato no Tempo.	Aula a ser conduzida pelos/as mestrando/as, individualmente ou em grupos. Observar textos-base anexados ao Moodle pelo Professor.
20/10	15h-18h	Seminário: Especificidades dos Contratos Empresariais.	Aula a ser conduzida pelos/as mestrando/as, individualmente ou em grupos. Observar textos-base anexados ao Moodle pelo Professor.
27/10	15h-18h	Seminário: Redes de Contratos.	Aula a ser conduzida pelos/as mestrando/as, individualmente ou em grupos. Observar textos-base anexados ao Moodle pelo Professor.
03/11	15h-18h	Seminário: Linguagem, Interpretação e <i>Legal Design</i> .	Aula a ser conduzida pelos/as mestrando/as, individualmente ou em grupos.

			Observar textos-base anexados ao Moodle pelo Professor.
17/11	15h-18h	Seminário: Contrato e Novas Tecnologias: Blockchain e <i>Smart Contracts</i> .	Aula a ser conduzida pelos/as mestrando/as, individualmente ou em grupos. Observar textos-base anexados ao Moodle pelo Professor. Encerramento da Disciplina.

AVALIAÇÃO

No desenvolvimento da atividade acadêmica, poderão ser utilizadas as seguintes metodologias: aulas dialogadas e expositivas; seminários; estudo e discussão de casos; provas orais e/ou escritas; leitura, fichamento e análise de textos; produção textual; trabalhos coletivos e individuais; exibição e discussão de obras artístico-culturais.

As notas conferidas na atividade observarão a seguinte composição: 1. participação qualificada nos encontros, o que requer frequência, engajamento efetivo nas discussões e apresentação oral de leituras prévias efetivadas sobre os temas dos seminários (10% da nota final); 2. participação efetiva na apresentação do respectivo seminário temático (40% da nota final); 3. entrega pontual e qualidade do artigo final (50% da nota final).

Orientações gerais para os seminários:

- O tempo de apresentação deverá ficar em torno de 50min a 60 min;
- É facultada a utilização de materiais audiovisuais, desde que não retirem do mestrando o protagonismo da apresentação;
- Os artigos disponibilizados pelo professor como material básico para inserção na temática devem ser endereçados, porém a pesquisa para a realização do seminário deve ir além dessas referências básicas iniciais;
- Todos os integrantes do grupo devem falar (se realizado em grupo) e deve-se organizar os tempos de fala de modo a que não ocorra desequilíbrio entre estes;
- Organizar o seminário como se fosse uma aula, com apresentação de um plano (sumário) e das referências bibliográficas desde o início da apresentação;
- A participação qualificada dos mestrandos não responsáveis pela exposição do tema somente contará, para fins de agregar ponto à nota final, se for baseada em leitura prévia de fonte dotada de autoridade (evitar considerações gerais, senso comum e conteúdo exclusivamente de sites de notícias, ainda que especializados em temas jurídicos).

Orientações gerais para os artigos:

- Devem conter um mínimo de dez e um máximo de vinte páginas de texto (não devem ser computados nesse número máximo e mínimo as páginas contendo elementos pré ou pós-textuais);
- Devem seguir o modelo constante do site da Biblioteca da Unisinos para trabalhos de disciplinas do mestrado e doutorado do Curso de Direito e o manual das normas da ABNT compiladas constantes do mesmo site;
- Devem versar sobre quaisquer temáticas abordadas durante o desenvolvimento da disciplina ou a estas relacionadas;
- Devem ser entregues em arquivo no formato word ou pdf, em campo específico a ser criado pelo Professor na comunidade da disciplina no Moodle, impreterivelmente até a data final designada.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ARAÚJO, Fernando. **Teoria económica do contrato**. Coimbra: Almedina, 2007.

CATALAN, Marcos *et al.* **Direito dos contratos**. São Paulo: RT, 2008.

COASE, Ronald H. **The firm, the market and the law**. Chicago: University of Chicago Press, 1990.

COUTO E SILVA, Clóvis. **A obrigação como processo**. São Paulo: Bushatsky, 1976.

FORGIONI, Paula A. **Teoria geral dos contratos empresariais**. São Paulo: RT, 2010.

ROPPO, Enzo. **O contrato**. Tradução de Ana Coimbra e M. Januário C. Gomes. Coimbra: Almedina, 2009.

TIMM, Luciano Benetti (org.). **Direito e economia no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2012.

TIMM, Luciano Benetti. **Direito contratual brasileiro: críticas e alternativas ao solidarismo jurídico**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

WEINRIB, Ernest J. **The idea of private law**. Cambridge, USA: Harvard University 1995.

WILLIAMSON, Oliver E. **The economic institutions of capitalism**. New York: Free Press, 1985.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AGUIAR JÚNIOR, Ruy Rosado de. **Extinção dos contratos por incumprimento do devedor: resolução**. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Aide, 2003.

AMARAL NETO, Francisco dos Santos. **A autonomia privada como princípio fundamental da ordem jurídica perspectivas estrutural e funcional**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010. (Doutrinas Essenciais de Direito Civil, 2).

BRANCO, Gerson Luiz Carlos. **Função social dos contratos**: interpretação à luz do Código Civil. São Paulo: Saraiva, 2009.

DRESCH, Rafael de Freitas Valle. **Fundamentos do direito privado**: uma teoria da justiça e da dignidade humana. São Paulo: Atlas, 2013.

FORGIONI, Paula A. Integração dos contratos empresariais: lacunas, atuação dos julgadores, boa-fé e seus limites. **Revista de Arbitragem e Mediação**, São Paulo, v. 45, p. 229-244, 2015.

FURUBOTN, Erik G.; RICHTER, Rudolf. **Institutions & economic theory**: the contribution of the new institutional economics. 2nd ed. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2005.

GORDLEY, James. **Foundations of private law**: property, tort, contract, unjust enrichment. New York: Oxford University Press, 2006.

HAYEK, Friedrich A. **Individualism and economic order**. Chicago: University of Chicago Press, 1948.

JENSEN, Michael. **Foundations of organizational strategy**. Cambridge, USA: Harvard University Press, 1998.

MACEDO JUNIOR, Ronaldo Porto. **Contratos relacionais e defesa do consumidor**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

MARQUES, Claudia Lima. **Contratos no código de defesa do consumidor**: o novo regime das relações contratuais. 6. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

MARTINS-COSTA, Judith. **A boa-fé no direito privado**. São Paulo: RT, 2000.

NEGREIROS, Teresa. **Teoria do contrato**: novos paradigmas. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

RODRIGUEZ, José Rodrigo; SALAMA, Bruno Meyerhof. **Para que serve o direito contratual?** Direito, sociedade e economia. São Paulo: Direito GV, 2014.

SILVA, Luis Renato Ferreira da. **Reciprocidade e contrato**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: **Contratos Internacionais**

Ano/Semestre: 2023/2

Carga horária total: 15h/a

Créditos: 1 Crédito

Área temática: Direito

Código da disciplina: 121800

Professor: Profa. Dra. Luciane Klein Vieira

EMENTA

Teoria geral dos contratos internacionais. As principais cláusulas contratuais. Os contratos internacionais no Direito Internacional Privado brasileiro. A harmonização legislativa em matéria contratual na União Europeia e no MERCOSUL. O *Soft Law* e as regras da Câmara de Comércio Internacional, com especial ênfase aos INCOTERMS. Os Princípios UNIDROIT e os Princípios de Haia em matéria de contratos comerciais internacionais. A Convenção de Viena de 1980 sobre compra e venda internacional de mercadorias.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

I - Teoria Geral dos Contratos Internacionais

- 1.1. Noção de contrato internacional. O princípio *pacta sunt servanda*.
- 1.2. Contratos entre presentes e entre ausentes. Os contratos internacionais celebrados por meios eletrônicos.
- 1.3. O princípio da autonomia da vontade das partes para a escolha do foro e da lei aplicável. Dificuldades e tendências no Brasil e no direito comparado. As possibilidades trazidas pela arbitragem internacional.
- 1.4. A lei aplicável ao contrato internacional em ausência de eleição. As regras vigentes no direito brasileiro.
- 1.5. Os limites à aplicação da lei estrangeira: fraude e ordem pública.

II - Os Contratos Internacionais nos Espaços Integrados

- 2.1. A harmonização de legislações.
- 2.2. As regras adotadas na União Europeia.
 - 2.2.1. A jurisdição internacional: Convênio de Bruxelas de 1968, Regulamento (CE) nº 44/2001 e Regulamento (UE) nº 1215/2012.
 - 2.2.2. A lei aplicável ao contrato internacional: Convenção de Roma de 1980 e Regulamento (CE) nº 593/2008.
- 2.3. As regras adotadas no MERCOSUL
 - 2.3.1. O Protocolo de Buenos Aires sobre Jurisdição em Matéria Contratual.
 - 2.3.2. O direito interno dos Estados Mercosulinos e os contratos internacionais. Regras vinculadas à lei aplicável e à jurisdição internacional.

III - Os Contratos Comerciais Internacionais: o soft law e a uniformização das regras aplicáveis ao comércio exterior

- 3.1. O soft law e o hard law.
- 3.2. O papel da Câmara do Comércio Internacional no desenvolvimento do comércio exterior. Os INCOTERMS e a regulação dos contratos internacionais.
- 3.3. Os Princípios UNIDROIT e os Princípios de Haia em matéria de contratos comerciais internacionais.
- 3.4. O Guia relativo ao Direito Aplicável aos Contratos Comerciais Internacionais nas Américas, da OEA.
- 3.5. As principais cláusulas nos contratos internacionais.
- 3.6. A aplicação da lex mercatoria pelos tribunais judiciais e arbitrais brasileiros e pelos tribunais dos Estados Partes do MERCOSUL.
- 3.7. As convenções internacionais e a uniformização das regras do comércio internacional.
- 3.8. A Convenção de Viena de 1980 sobre compra e venda internacional de mercadorias. Obrigações do vendedor e do comprador. A liberdade para a escolha do direito aplicável ao contrato.

AVALIAÇÃO

- Estudo de casos práticos.
- Análise de contratos internacionais e redação de cláusulas contratuais.
- Análise de legislação, doutrina e jurisprudência nacional e estrangeira.

Critérios de avaliação:

- Entrega de contrato internacional: 70%
- Apresentação de trabalho em aula: 30%.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALBORNOZ, María Mercedes. Contratos internacionales en el MERCOSUR. *In*: AMARAL JÚNIOR, Alberto do; VIEIRA, Luciane Klein (coord.). **El derecho internacional privado y sus desafíos en la actualidad**. Bogotá: Editorial Ibáñez, 2016. p. 351-370.

ARAÚJO, Nádia de. **Contratos Internacionais: autonomia da vontade, MERCOSUL e convenções internacionais**. 4. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2009.

CRETELLA NETO, José. **Contratos internacionais do comércio**. 2. ed. Osasco: Letz TMCP, 2016.

DOLINGER, Jacob. **Direito internacional privado (parte especial): direito civil internacional: contratos e obrigações no direito internacional privado**. Rio de Janeiro: Renovar, 2007. v. 2.

GAMA E SOUZA JUNIOR, Lauro. Autonomia da vontade nos contratos internacionais no Direito Internacional Privado brasileiro: uma leitura constitucional do artigo 9º da Lei de Introdução ao Código Civil em favor da liberdade de escolha do direito aplicável. *In*: TIBURCIO, Carmen; BARROSO, Luís Roberto (org.). **O Direito Internacional Contemporâneo: estudos em homenagem ao professor Jacob Dolinger**. Rio de Janeiro: Renovar, 2006. p. 599-626.

GOICOECHEA, Ignacio. Los instrumentos de la Conferencia de La Haya de Derecho Internacional Privado que facilitan el desarrollo de los negocios internacionales y las inversiones. **Revista de la Secretaría del Tribunal Permanente de Revisión**, [s. l.], n. 5, mar. 2015. Disponível em: <http://revistaspr.com/index.php/rstpr/article/view/131>. Acesso em: 18 ago. 2021.

MORENO RODRÍGUEZ, José Antonio. Nueva ley paraguaya de contratos internacionales: ¿regreso al pasado? *In*: INSTITUTO PARAGUAYO DE DERECHO BANCARIO Y SOCIETARIO (IPDBS). **Temas actuales del derecho bancario y societario**. Asunción: IPDBS: Intercontinental Editora, 2015. p. 1-84.

OFICINA PERMANENTE DE LA CONFERENCIA DE LA HAYA. Elección de la ley aplicable a los contratos del comercio internacional. ¿Principios de La Haya? *In*: BASEDOW, Jürgen; FERNÁNDEZ ARROYO, Diego P.; MORENO RODRÍGUEZ, José A. (coord.) **¿Cómo se codifica hoy el Derecho Comercial Internacional?** Asunción: La Ley Paraguaya: CEDEP, 2010. p. 126-173.

OLIVEIRA, Agatha Brandão de; MOSCHEN, Valesca Raizer Borges. Un enfoque crítico del sistema brasileño de derecho internacional privado y los retos de la armonización: los nuevos Principios de La Haya sobre la elección del derecho aplicable en materia de contratos

internacionales. *In*: MORENO RODRÍGUEZ, José Antonio; MARQUES, Cláudia Lima (coord.). **Los servicios en el derecho internacional privado**: Jornadas de la ASADIP 2014. Porto Alegre: Gráfica e Editora RJR, 2014. p. 41-67

RIBEIRO, Marilda Rosado de Sá. Contratos padrão e regulação privada na esfera transnacional. *In*: RIBEIRO, Marilda Rosado de Sá; COSTA, José Augusto Fontoura; ARROYO, Diego P. Fernández (coord.). **Governança global**. Belo Horizonte: Arraes, 2023. v. 2, p. 405-443.

VENOSA, Silvio de Salvo; GAGLIARDI, Rafael Villar; TERASHIMA, Eduardo Ono (org.). **A Convenção de Viena sobre contratos de compra e venda internacional de mercadorias**: desafios e perspectivas. São Paulo: Atlas, 2015.

VIEIRA, Luciane Klein; FERNANDES, Matheus Lúcio Pires. Os acordos de eleição de foro nos contratos internacionais: perspectivas a partir da entrada em vigor do novo Código de Processo Civil brasileiro. **Revista de la Secretaría del Tribunal Permanente de Revisión**, [s. l.], n. 9, mar. 2017. Disponível em: <http://revistastpr.com/index.php/rstpr/article/view/209/339>. Acesso em: 11 abr. 2024.

VIEIRA, Luciane Klein. La autonomía de la voluntad de las partes en los contratos internacionales: breves comentarios sobre el derecho argentino y brasileño. **Revista de Direito da Empresa e dos Negócios**, [s. l.], v. 1, n. 2, jul./dez. 2017. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/rden/article/view/15730>. Acesso em: 11 abr. 2024.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARAÚJO, Nádia de; FREITAS, Caio Gomes de. Observância das cláusulas de eleição de foro no Brasil: o Protocolo de Buenos Aires na jurisprudência brasileira. *In*: SCOTTI, Luciana B.; VIEIRA, Luciane Klein. **El Derecho Internacional Privado del MERCOSUR en la práctica de los tribunales internos de los Estados Partes**. Asunción: Secretaría del Tribunal Permanente de Revisión, 2020. p. 465-481. Disponível em: https://tprmercosur.org/es/activ/2020_dic_DIP_Mercosur.pdf. Acesso em: 11 abr. 2024.

MOURA, Aline Beltrame de; HORMANN, Rafaela. A autonomia da vontade na escolha da lei aplicável aos contratos de comércio internacional no Regulamento Roma I da União Europeia. **Revista de Direito Internacional**, [s. l.], v. 16, n. 2, 2019. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/rdi/article/view/6103/pdf>. Acesso em: 11 abr. 2024.

CASELLA, Paulo Borba. Autonomia da vontade, arbitragem comercial internacional e direito brasileiro. *In*: TIBURCIO, Carmen; BARROSO, Luís Roberto (org.). **O Direito Internacional Contemporâneo**: estudos em homenagem ao Professor Jacob Dolinger. Rio de Janeiro: Renovar, 2006. 11 abr. 2024.

FRESNEDO DE AGUIRRE, Cecilia. De la conveniencia práctica de tener en cuenta los “Principios de Unidroit sobre los Contratos Comerciales Internacionales” en el ámbito jurídico

uruguayo. **La Justicia Uruguaya**, [s. l.], t. 147, p. 1-24, marzo 2013. Disponível em: <http://www.asadip.org/v2/wp-content/uploads/2013/12/CECILIA-ABRIL-De-la-conveniencia-practica-de-tener-en-cuenta-los-Principios-de-UNIDROIT-sobre-los-Contratos-Comerciales-Internacionales-en-el-ambito-juridico-uruguayo.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2024.

GAMA JUNIOR, Lauro. **Contratos internacionais à luz dos Princípios do UNIDROIT 2004**: soft law, arbitragem e jurisdição. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

GIMÉNEZ CORTE, Cristián. **Usos comerciales, costumbre jurídica y nueva “Lex Mercatoria” en América Latina, con especial referencia al MERCOSUR**. Buenos Aires: Editorial Ábaco de Rodolfo Depalma, 2010.

HERNÁNDEZ-BRETÓN, Eugenio. Venezuela. *In*: ESPLUGUES MOTA, Carlos; HARGAIN, Daniel; PALAO MORENO, Guillermo (dir.). **Derecho de los Contratos Internacionales en Latinoamérica, Portugal y España**. Buenos Aires: BdeF, 2008. p. 1-5.

MIHALI-BITTENCOURT, Gabriel. Ley aplicable a los contratos internacionales en Uruguay. *In*: VIEIRA, Yacyr de Aguilar (org.). **Estudos de Direito Comparado e de Direito Internacional Privado**. Curitiba: Juruá, 2011.

MORENO RODRÍGUEZ, José Antonio. Autonomía contractual transfronteriza en el Paraguay: ¡habemus jurisprudencia! *In*: Derecho internacional privado y derecho de la integración. **Derecho internacional privado y derecho de la integración**: libro homenaje a Roberto Ruiz Díaz Labrano. Asunción: CEDEP, 2013. p. 373-386.

MORENO RODRÍGUEZ, José Antonio. **Derecho aplicable y arbitraje internacional**. Asunción: CEDEP: Intercontinental Editora, 2013.

PISANO, Beatriz. La autonomía de la voluntad en el derecho internacional privado paraguayo. **Revista Jurídica La Ley Paraguaya**, [s. l.], n. 1, Feb. 2010. Disponível em: <https://cedep.files.wordpress.com/2009/02/autonomia-de-la-voluntad-en-el-dipr-paraguayo.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2024.

POLIDO, Fabrício Bertini Pasquot; SILVA, Lucas Sávio Oliveira de. Contratos internacionais eletrônicos e o direito brasileiro: entre a insuficiência normativa doméstica e as soluções globais. **Revista Sequência**, [s. l.], n. 75, jan./abr. 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-70552017000100157. Acesso em: 11 abr. 2024.

SAMTLEBEN, Jürgen. Teixeira de Freitas e a autonomia das partes no direito internacional privado latino-americano. **Revista de Informação Legislativa**, [s. l.], n. 85, jan./mar. 1985.

TALICE, Jorge. La autonomía de la voluntad como principio de rango superior en el derecho internacional privado uruguayo. *In*: LIBER amicorum en homenaje al profesor Dr. Didier Opertti Badán. Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria, 2005.

VIEIRA, Luciane Klein. La autonomía de la voluntad de las partes para la elección del foro y del derecho aplicable en los contratos internacionales, conforme al derecho brasileño. *In*: ÁLVAREZ ZÁRATE, José Manuel; FACH GÓMEZ, Katia (coord.). **Apuntes prácticos sobre**

la autonomía de la voluntad como punto de conexión en el Derecho Económico Internacional. Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 2021.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: **Direito e Processo do Trabalho na Contemporaneidade 4.0**

Ano/Semestre: 2023/2

Carga horária total: 30h/a

Créditos: 2 Créditos

Área temática: Direito

Código da disciplina: 121801

Professor: Prof. Dr. Guilherme Wünsch

EMENTA

Estudo das obras de Alain Supiot relacionados ao entrelaçamento entre a criação do homem jurídico, os direitos fundamentais e o discurso econômico. Análise horizontal do direito e as influências do poder do capitalismo nas transformações da sociedade, do comportamento dos indivíduos e da própria função do Direito do Trabalho ao longo do tempo, com vistas à construção do novo jurista mediante uma análise do futuro das relações de trabalho. A pessoa como sujeito do Direito do Trabalho. O Processo do Trabalho na Era Tecnológica. Provas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Revisão crítica do Direito do Trabalho na Contemporaneidade. Disrupção dos modelos de trabalho e desafios empresariais. Trabalho e Capital. Trabalho e Sociedade. Negociações Coletivas e Perfis Empresariais e Sindicais. Autonomia Privada e sua Releitura no Direito do Trabalho Contemporâneo. Flexibilização, Desregulamentação e Terceirização. Relações de Trabalho e Sociedade do Consumo. Saúde do Trabalhador. A questão Psíquica da Saúde do Trabalhador. Trabalho e Sofrimento. Empregabilidade, crise e futuro das relações de trabalho. Caminhos para uma nova significação do Direito do Trabalho.

OBJETIVOS

- a) Revisar, criticamente, os institutos materiais e processuais trabalhistas;
- b) Efetuar pesquisas aplicadas no contemporâneo contexto da empregabilidade no Brasil;

c) Compreender o a relação entre trabalho e consumo, no contexto disruptivo das relações trabalhistas modernas.

METODOLOGIA

Serão utilizadas variadas metodologias para o desenvolvimento das atividades planejadas, especialmente preparação e apresentação de seminários e de relatórios de leitura, pesquisa em sala de aula, estudos de casos, construção de mapas conceituais, *design thinking*, *frameworks*, árvores de decisão e outros modelos.

AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada a partir de competências, posicionadas a partir de conhecimentos, habilidades e atitudes, incluindo a apresentação de seminários e outras atividades desenvolvidas em sala de aula e fora dela (alicerçadas no exercício de estruturação de tema, delimitação do tema, problema, hipótese e objetivos), participação qualificada nas aulas, assiduidade elaboração de artigo científico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

ARCE, Juan Carlos. **Derecho del trabajo y crisis económica**: la invención de porvenir. Aranzadi, 2013.

BENITO, Santos Miguel Ruesga (coord.). **Reformas laborales en la gran recesión**. Valencia: Tirant to Blanch, 2016.

CARNOY, Martin. **El trabajo flexible em la era de la información**. [S. l.]: Alianza Editorial, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DE MASI, Domenico. **O futuro do trabalho**: fadiga e ócio na sociedade pós-industrial. Brasília, DF: Editora da UNB, 1999.

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. 5. ed. Oboré: São Paulo, 1993.

DEJOURS, Christophe; BÈGUE, Florence. **Trabajo y suicidio**. Madrid: Modus Laborandi, 2010.

KON, Anita. **A economia do trabalho: qualificação e segmentação no Brasil**. Rio de Janeiro: Altabooks, 2016.

MELO, Sandro Nahmias; RODRIGUES, Karen Rosendo de Almeida Leite. **Direito à desconexão do trabalho com análise crítica da Reforma Trabalhista (Lei 13.467/2017): teletrabalho, novas tecnologias e dano existencial**. São Paulo: LTr, 2018.

MUÑIZ, Javier Fernández-Costales. **Estudios sobre las últimas reformas laborales: efectos de la crisis em el derecho del trabajo**. [S. l.]: Eolas Ediciones, 2011.

OLEA, Manuel Alonso. **El trabajo como bien escasso y la reforma de su mercado**. [S. l.]: Civitas, 1995.

PORTO, Ederson Garin. **Manual jurídico da startup: como criar e desenvolver projetos inovadores com segurança**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2018.

RIFKIN, Jeremy. **O fim dos empregos: o contínuo crescimento do desemprego em todo o mundo**. São Paulo: M. Books, 2004.

SUPIOT, Alain. **Crítica do direito do trabalho**. [S. l.]: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

SUPIOT, Alain. **Homo juridicus: ensaio sobre a função antropológica do Direito**. [S. l.]: Martins Fontes, 2007.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: **Direito e Processo Penal Econômico-Empresarial e o Papel dos *Compliance Programs***

Ano/Semestre: 2023/2

Carga horária total: 30h/a

Créditos: 2 Créditos

Área temática: Direito

Código da Disciplina: 112157

Professores: Prof. Dr. Francis Rafael Beck

EMENTA

A intervenção Penal do Estado na regulação da atividade empresarial. A expansão do Direito Penal diante da sociedade globalizada. As condutas delitivas decorrentes de atividade econômicas e empresariais, seus reflexos na sociedade e no mercado. Os critérios para delimitação do risco na atividade empresarial. Os reflexos das normativas penais internacionais e sua repercussão no Direito Penal brasileiro. Investigação Criminal e Medidas Cautelares Pessoais e Patrimoniais no Direito Penal Econômico-Empresarial. Atos de investigação, atos de prova e a intimidade no processo penal econômico-empresarial. Criminal Compliance, gestão do risco pessoal e patrimonial, medidas assecuratórias e confisco. Direito premial e colaboração premiada. O nemo tenetur se detegere, a proporcionalidade, prova ilícita, inevitable discovery, independent source e os limites processuais e constitucionais do agir estatal no processo penal econômico e empresarial.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- O Direito Penal contemporâneo – globalização, sociedade do risco e expansão do direito penal.
- Direito Penal Econômico e white-collar crime.
- Lei 8.137/1990 – Crimes contra a ordem tributária.
- Crimes contra a ordem previdenciária.
- Contrabando e descaminho.

- Lei 9.613/1998 – Crimes de lavagem de dinheiro
- Lei 8.137/1990 – Crimes contra a ordem econômica.
- Lei 7.492/1986 – Crimes contra o sistema financeiro nacional.
- Corrupção.
- Lei 12.850/2013 – Organizações criminosas.
- Investigação e processo penal no Direito Penal Econômico-Empresarial.
- Cooperação jurídica internacional.
- Acordo de leniência e colaboração premiada.
- Compliance programs e criminal compliance.

AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada mediante participação em seminários, bem como elaboração de artigo científico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

COIMBRA, Marcelo de Aguiar; MANZI, Vanessa Alessi (org.). **Manual de compliance: preservando a boa governança e a integridade das organizações**. São Paulo: Atlas, 2010.

COSTA, José Faria (coord.). **Temas de direito penal econômico**. Coimbra: Coimbra, 2005.

KUHLEN, Lothar; MONTIEL, Juan Pablo; URBINA GIMENO, Nome. (org.). **Compliance y teoría del derecho penal**. Madri: Marcial Pons, 2013.

NIETO MARTÍN, Adán; SAAD-DINIZ, Eduardo; GOMES, Rafael Mendes (org.). **Manual de cumprimento normativo e responsabilidade penal das pessoas jurídicas**. 2. ed. São Paulo: Tirant Lo Blanc, 2019.

NIETO MARTÍN, Adán; SAAD-DINIZ, Eduardo (org.). **Legitimidade e efetividade dos programas de compliance**. São Paulo: Tirant Lo Blanc, 2021.

SALGADO, Daniel de Resende; QUEIROZ, Ronaldo Pinheiro (org.). **A prova no enfrentamento à macrocriminalidade**. Salvador: Juspodivm, 2015.

SCHMIDT, Andrei Zenkner. **Direito penal econômico: parte geral**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015.

SILVA SÁNCHEZ, Jesús-María. **A expansão do direito penal: aspectos da política criminal nas sociedades pós-industriais**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

TIEDEMANN, Klaus. **Derecho penal económico: introducción y parte general**. Lima: Grijley, 2009.

VECCHIO, Fabrizio Bon; BECK, Francis Rafael. **Criminal compliance: entre a prevenção, afastamento e mitigação da responsabilidade penal individual.** Rio de Janeiro: Literarte, 2023.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALLER, Germán. **Criminalidad del poder económico: ciência y práxis.** Buenos Aires: Editorial Bdef, 2011.

ANDRADE, Manuel da Costa. Métodos ocultos de investigação (Plädoyer para uma teoria geral). *In*: MONTE, Mário Ferreira (org.). **Que futuro para o direito processual penal.** Coimbra: Coimbra, 2009. p. 525-551.

BOTTINO, Thiago; MALAN, Diogo. **Direito penal e economia.** Rio de Janeiro: Elsevier: FGV, 2012.

CALLEGARI, André Luís; LINHARES, Raul Marques. **Lavagem de dinheiro (com a jurisprudência do STF e STJ).** Rio de Janeiro: Marcial Pons, 2022.

CAVERO, Percy García. **Criminal compliance.** Lima: Palestra, 2014.

CERVINI, Raúl; ADRIASOLA, Gabriel. **Responsabilidade penal dos profissionais jurídicos: os limites entre a prática jurídico-notarial lícita e a participação criminal.** São Paulo: RT, 2013.

DE CARLI, Carla Veríssimo (org.). **Lavagem de dinheiro: prevenção e controle penal.** 2. ed. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2013.

DÍEZ RIPOLLÉS, José Luis. **La política criminal en la encrucijada.** Buenos Aires: Bdef, 2007.

GÓMEZ-JARA DÍEZ, Carlos. **A responsabilidade penal da pessoa jurídica: teoria do crime para pessoas jurídicas.** São Paulo: Atlas, 2015.

MANN, Kenneth. **Defendig white collar crime: a portrait of attorneys at work.** New Haven: Yale University Press, 1985.

SUTHERLAND, Edwin H. **El delito de cuello blanco: prefácio.** Madrid: La Piqueta, 1999.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: **Direito Empresarial e Saúde do Trabalhador**

Ano/Semestre: 2023/2

Carga horária total: 30h/a

Créditos: 2 Créditos

Área temática: Direito

Código da disciplina: 121802

Professor: Prof. Dr. Maurício de Carvalho Góes

EMENTA

Estudo do meio ambiente de trabalho e seus impactos na gestão das relações de trabalho. Abordagem de conceitos e ferramentas fundamentais para a gestão ambiental do trabalho na empresa. Proteção da saúde dos trabalhadores e aplicação das normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego. Análise dos perigos e riscos no ambiente de trabalho, bem como dos institutos da insalubridade e periculosidade com abordagem das perícias de identificação dessas insalubridades e periculosidades.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Direitos fundamentais dos Trabalhadores. Meio Ambiente do Trabalho. Proteção ao trabalhador no contexto da saúde laboral. Responsabilidade Empresarial na saúde física e psíquica do trabalhador. Adicionais de insalubridade e periculosidade e perícias técnicas. Saúde Mental no Trabalho. Gestão e Compliance.

OBJETIVOS

- a) Analisar os aspectos técnicos de perícias realizadas em ações judiciais;
- b) Estabelecer a consciência da necessidade de desenvolvimento saudável do meio ambiente laboral;
- c) Traçar as principais patologias que afetam a saúde psíquica do trabalhador.

METODOLOGIA

Serão utilizadas variadas metodologias para o desenvolvimento das atividades planejadas, especialmente preparação e apresentação de seminários e de relatórios de leitura, pesquisa em sala de aula, estudos de casos, construção de mapas conceituais, *design thinking*, *frameworks*, árvores de decisão e outros modelos.

AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada a partir de competências, posicionadas a partir de conhecimentos, habilidades e atitudes, incluindo principalmente a apresentação de seminários, podendo ser aplicadas outras atividades desenvolvidas em sala de aula e fora dela (alicerçadas no exercício de estruturação de tema, delimitação do tema, problema, hipótese e objetivos), participação qualificada nas aulas, assiduidade e elaboração e entrega de artigo científico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ASSIS, Romeu José de. **Cipa: teoria e prática**. 2. ed. São Paulo: Juruá, 2017.

CARDELLA, Benedito. **Segurança no trabalho e prevenção de acidentes**. 2. ed. São Paulo: ATLAS, 2016.

CAMISASSA, Mara Queiroga. **Segurança e saúde no trabalho: NRs 1 a 36 comentadas e descomplicadas**. São Paulo: Método, 2015.

EQUIPE DE LEGISLAÇÃO ATLAS. **Segurança e medicina do trabalho**. 79. ed. São Paulo: ATLAS, 2017.

GÓES, Maurício de Carvalho; ENGELMANN, Wilson. **Direito das nanotecnologias e o meio ambiente de trabalho**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015.

MELO, Raimundo Simão de. **Direito Ambiental do Trabalho e a saúde do trabalhador**. 3. ed. São Paulo: LTr, 2008.

MIGUEL, Alberto Sérgio S. R. **Manual de higiene e segurança do trabalho**. 13. ed. Porto: Porto, 2014.

OLIVEIRA, Sebastião Geraldo de. **Proteção jurídica à saúde do trabalhador**. 6. ed. São Paulo: LTr, 2011.

OLIVEIRA, Sebastião Geraldo de. **Indenizações por acidente do trabalho ou doença ocupacional**. 12. ed. Salvador: JusPODIUM, 2021.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MONTEIRO, Antonio Lopes; BERTAGNI, Roberto Fleury de Souza. **Acidentes do trabalho e doenças ocupacionais**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

NEWSTROM, John W. **Comportamento organizacional**: o comportamento humano no trabalho. São Paulo: Mc Graw Hill, 2008.

PEREIRA, Alexandre Demetrius. **Tratado de segurança e saúde ocupacional**: aspectos técnicos jurídicos: (NR 13 a NR 15). 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. v. 3.

PEREIRA, Alexandre Demetrius. **Tratado de segurança e saúde ocupacional**: aspectos técnicos jurídicos: (NR 16 a NR 18). 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. v. 4.

RAMAZZINI, Bernardino. **As doenças dos trabalhadores**. 4. ed. São Paulo: Fundacentro, 2016.

SALIBA, Tuffi Messias. **Prova pericial em segurança e higiene**. 2. ed. São Paulo: LTr, 2016.

SALIBA, Tuffi Messias. **Manual prático de higiene ocupacional e PPRA**. 8. ed. São Paulo: LTr, 2017.

SALIBA, T. M.; CORRÊA, M. A. C. **Insalubridade e periculosidade**. 13. ed. São Paulo: Editora Ltr, 2014.

SIQUEIRA, M. M.; PADOVAM, V. A. R. Bases teóricas de bem-estar subjetivo, bem-estar psicológico e bem-estar no trabalho. **Psicologia**: Teoria e Pesquisa, [s. l.], v. 24, n. 2, p. 201-209, 2008.

TAMAYO, A. **Cultura e saúde nas organizações**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

VENDRAME, Antonio Carlos. **Curso de introdução à perícia judicial**. 2. ed. São Paulo: LTr, 2012.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: **Direito Internacional do Comércio**

Ano/Semestre: 2023/2

Carga horária total: 30h/a

Créditos: 2 Créditos

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112167

Professor: Prof. Dr. Marcelo De Nardi

EMENTA

Fundamentos teóricos e práticos do Direito Internacional do Comércio. O sistema econômico internacional: os atores; o comércio mundial; evolução. Transações de exportação e importação; agentes e sujeitos no comércio internacional; aspectos gerais dos negócios internacionais. Fundamentos da política comercial no Brasil e no mundo; bases jurídicas e políticas do sistema multilateral de comércio; regionalismo. Tópicos práticos do comércio internacional, contratos internacionais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Fundamentos do Direito Internacional do Comércio
 - Direito, soberania, sistemas jurídicos, jurisdição, contrato, arbitragem
 - Abordagens contratual e regulatória
- Evolução histórica do Comércio Internacional
 - Comércio internacional e Estado nacional
 - Teorias do Comércio Internacional
- Atores no Comércio Internacional
 - Intervenientes públicos e privados
 - Papéis dos atores, interações
- Comércio exterior no Brasil
 - Exportação e importação, promoção comercial
 - Defesa comercial

- OMC e Mercosul
 - Organizações internacionais
 - Mercosul - estrutura, evolução, resultados
 - OMC - evolução, estrutura, resultados
 - Tratados que compõem a OMC
- Multilateralismo vs. Regionalismo
- Tópicos práticos do Comércio Internacional
 - Agentes e sujeitos no Comércio Internacional
 - Contratos

AVALIAÇÃO

- Contribuições acadêmicas em sala de aula - 30%
 - Contribuições durante os momentos de debate
 - Participação em atividades interativas, como questionários, seminários e semelhantes
- Artigo sobre tema a ser indicado - 70%
 - Modelo indicado pela Unisinos, com ajustes para formato específico
 - Extensão de 10 a 15 p.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAPUCIO, Camilla. **Direito Internacional do Comércio**. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2020

CRETELLA NETO, José. **Curso de Direito Internacional Econômico**. São Paulo: Saraiva, 2012.

SOUSA, José Meireles de. **Fundamentos do comércio internacional**. São Paulo: Saraiva, 2009. (Série comércio exterior, v. 2).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AMARAL Júnior, Alberto do. **Curso de Direito Internacional Público**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

AMARAL, Antonio Carlos Rodrigues do (org.). **Direito do Comércio Internacional: aspectos fundamentais**. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Lex, 2014.

ANJOS, Priscila Caneparo dos. A Organização Mundial do Comércio e os Direitos Humanos: idealismo romântico ou ceticismo racional? **Economic Analysis of Law Review**, Brasília, DF, v. 12, n. 1, p. 17-31, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://www.proquest.com/openview/29afbd63adca9076d39e748993ac1265/1?pq-origsite=gscholar&cbl=1226335>. Acesso em: 13. ago. 2021.

CAPUCIO, Camila. A OMC e o regionalismo do século XXI: estratégia de imposição de modelos normativos? **Revista de Direito Internacional**, Brasília, DF, v. 12, n. 2, p. 336-348, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.5102/rdi.v11i2.3158>. Acesso em: 18 ago. 2021.

CAPUCIO, Camila. **Comércio internacional e integração regional: a OMC e o regionalismo**. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2012.

ENGELBERG, Esther. **Contratos internacionais do comércio**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LIMA-CAMPOS, Aluisio de (org.). **Ensaio em comércio internacional**. São Paulo: Singular, 2005.

OLIVEIRA, Jaciel Rodrigues. Principais teorias de comércio internacional. *In: A GAIA Política: o mundo nosso de cada dia*. [S. l.], 13 out. 2009. Disponível em: <https://jacielerodrigues.wordpress.com/2009/10/13/principais-teorias-de-comercio-internacional/>. Acesso em: 18 ago. 2021.

RAINELLI, Michel. **Comércio internacional**. Barueri: Manole, 2004.

RÊGO, Elba Cristina Lima. Do Gatt a OMC: o que mudou, como funciona e para onde caminha o sistema multilateral de comércio. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, p. 3-22, dez. 1996. Disponível em: <http://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/11014>. Acesso em: 7 ago. 2021.

SILVA, Elaini Cristina Gonzaga da. **Direito Internacional em expansão: encruzilhada entre comércio internacional, direitos humanos e meio ambiente**. São Paulo: Saraiva, 2016. *E-book*.

TIMM, Luciano Benetti; RIBEIRO, Rafael Pellegrini; ESTRELLA, Angela T. Gobbi. **Direito do Comércio Internacional**. São Paulo: FGV, 2009. *E-book*.

VASCONCELOS, Raphael Carvalho de. **Teoria do estado e a unidade do Direito Internacional: domesticando o rinoceronte**. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2016.

VASCONCELOS, Raphael Carvalho de. 30 anos velando o Mercosul vivo. *In: ILA Brasil*. João Pessoa, 8 set. 2021. Disponível em: <http://ila-brasil.org.br/blog/30-anos-velando-o-mercosul-vivo/>. Acesso em: 9 ago. 2021.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: **Direito Regulatório**

Ano/Semestre: 2023/2

Carga horária total: 30h/a

Créditos: 2 Créditos

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112159

Professor: Profa. Dra. Daniela Pellin

EMENTA

Serviços Públicos: conceito e classificação. Formas de prestação do serviço público: outorga e delegação. A regulação do serviço público concedido. Lei das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista. As Agências de Regulação. Instrumentos de Delegação: concessão, permissão e autorização. A regulação jurídica da concessão. A Legislação da concessão. As parcerias público-privadas: conceitos. Instrumentos. Legislação. Regime das Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista. Lei Anticorrupção. Compliance. Lei de Improbidade Administrativa. Serviços públicos regulados. Serviços privados regulados.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

DATA/AULA	ECOSSISTEMA DE CONHECIMENTOS
ENCONTRO 01	<p>Apresentação da proposta da disciplina, da metodologia do desenvolvimento da aprendizagem, dos critérios de avaliação e contextualização da matéria.</p> <p>Distribuição de temas e seminários.</p> <p>TEMA: Estado como agente normativo e regulador: uma questão de planejamento e de desenvolvimento desde 1988.</p> <p>Exposição de motivos da MP nº 881. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Exm/Exm-MP-881-19.pdf</p>

<p>ENCONTRO 02</p>	<p>TEMA: Estruturas Organizacionais pública e reestruturação da informação.</p> <p>Vídeo prévio para a aula:</p> <p>https://www.ted.com/talks/mariana_mazzucato_government_investor_risk_taker_innovator?language=pt-br#t-220959</p>
<p>ENCONTRO 03</p>	<p>TEMA: O Estado como agente econômico e a conexão com a política econômica global da OCDE</p> <p>Empresa e Direitos humanos na perspectiva do trabalho decente: marco de referência. Disponível em https://www.ethos.org.br/wp-content/uploads/2012/12/04_Empresas-e-Direitos-Humanos-na-Perspectiva-do-Trabalho-Decente-%E2%80%93-Marco-Referencial.pdf</p>
<p>ENCONTRO 04</p>	<p>TEMA: As Parcerias Público-Privadas como fator de desenvolvimento.</p> <p>Acesse o portal, navegue e verifique. Disponível em https://parcerias.rs.gov.br/inicial</p>
<p>ENCONTRO 05</p>	<p>TEMA: As Agências Reguladoras e o papel das Ouvidorias.</p> <p>A Análise Econômica do Direito: proposições legislativas e políticas públicas. Disponível em https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/52/205/ril_v52_n205_p321.pdf Acesso em 28 fev 2020.</p>
<p>ENCONTRO 06</p>	<p>TEMA: As Falhas de Mercado e as falhas de Governo.</p> <p>Da teoria da regulação ao atual desequilíbrio financeiro: uma reflexão da economia a partir do pensamento de Michael Aglietta. Disponível em http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/2219-octavio-conceicao-2.</p> <p>Principais Modificações e Impactos para as Agências Reguladoras decorrentes da Lei n.º 12.529/2011 (Lei de Defesa da Concorrência)”. Disponível em http://www.anp.gov.br/images/central-de-conteudo/notas-estudos-tecnicos/estudos-tecnicos/modificacoes-impactos-agencias-reguladoras-2013.pdf.</p>
<p>ENCONTRO 07</p>	<p>TEMA: A captura e a regulação.</p> <p>A captura das Agências Reguladoras: uma análise do risco de ineficiência do Estado regulador Disponível em https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/3967/1/arquivo407_1.pdf.</p>

ENCONTRO 08	TEMA: As Agências Reguladoras e o Poder Judiciário. A mesoeconomia do desenvolvimento econômico: o papel das instituições. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-63512010000100001 .
ENCONTRO 09	TEMA: Sistema de <i>Compliance</i> Público. Compliance no setor público: o que é? Qual a sua importância? Disponível em https://fernandopimentel.com.br/compliance-no-setor-publico-o-que-e-qual-sua-importancia/
ENCONTRO 10	TEMA: Novas Tecnologias e ambientes regulatórios. Sandbox Regulatório. Disponível em https://www.gov.br/cvm/pt-br/assuntos/normas/sandbox-regulatorio

OBJETIVOS

O objetivo geral da disciplina é incluir o aluno no contexto sistêmico da atividade econômica e regulatória que envolvem interesses entre o setor público e o setor privado. Uma vez nesse cenário, o aluno poderá observar e projetar os prováveis ou improváveis impactos aos ecossistemas social e ambiental quando da tomada de decisão. De posse dessa verificação, a disciplina tem como objetivos específicos: a) tornar o aluno protagonista na comunicação de linguagem de novos padrões de comportamento econômico no exercício de atividade profissional; b) dar ao aluno condições de se apropriar do discurso do desenvolvimento econômico sustentável na gestão da parceria público-privada; c) transformar o aluno em gestor de novos padrões de reflexão jurídica sistêmica que sirvam para intervenções jurídicas em tomadas de decisão jurídica e econômica.

METODOLOGIA

A metodologia aplicada às aulas é a sistêmico-construtivista e tem na pragmática a resposta aos problemas diagnosticados pelo aluno a partir do conhecimento recebido em aulas expositivas e dialogadas, sendo o protagonista na construção das respostas. As técnicas de aula-pesquisa são a leitura de textos, capítulos de livros, artigos e atividades de reflexão e fixação de conteúdos aplicadas em sala de aula, além da produção acadêmica de seminário e elaboração e entrega de artigo científico como conclusão da disciplina, ao final do semestre, o qual deverá estar em condições de publicação científica.

AVALIAÇÃO

Para a conclusão da disciplina, com aprovação, o aluno deverá alcançar a nota mínima de 7,0 (de um total de 10,0) pontos, avaliada no contexto global, da seguinte forma:

A participação ativa promovendo debate em aula que lhe conferirá de 0,0 a 1,0 ponto, conferido proporcionalmente ou na totalidade dos 10 encontros.

A elaboração e realização de seminário temático, no valor total de 0,0 a 4,0 pontos, a depender dos critérios preenchidos, segundo orientações recebidas para a atividade.

A entrega em 08 de janeiro de 2023, de artigo científico (segundo regras da ABNT e de metodologia científica da pesquisa) que deverá abordar: objeto, problema, hipótese, objetivo geral, objetivos específicos, referências bibliográficas, nacional e estrangeira, observados ao longo do processo de construção da disciplina que computará o valor de 0,0 a 5,0 pontos. Caso o artigo seja entregue fora do prazo, será descontado 1,0 ponto do total avaliado.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CUÉLLAR, Leila. **Introdução às agências reguladoras brasileiras**. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

FIGUEIREDO, Pedro Henrique Poli de. **A regulação do serviço público concedido**. Porto Alegre: Síntese, 1999.

GRAU, Eros. **A ordem econômica na Constituição de 1988**. 13. ed. rev. atual. São Paulo: Malheiros, 2008.

GUERRA, Sérgio (org.). **Regulação no Brasil: uma visão multidisciplinar**. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

GUIMARÃES, Fernando Vernalha. **Concessão de serviço público**. São Paulo: Saraiva, 2012.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Teoria geral das concessões de serviço público**. São Paulo: Dialética, 2003.

LEHFELD, Lucas de Souza. **Controle das agências reguladoras**. São Paulo, 2010.

ZANOTTA, Pedro; BRANCHER, Paulo. **Desafios atuais da regulação Atlas.econômica e concorrência**. São Paulo: Atlas, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Ministério da Economia. Secretaria de Política Econômica Brasília. **Fintechs e Sandbox no Brasil**. Brasília, DF: Ministério da Economia, jun. 2019. Disponível em: <http://www.economia.gov.br/central-de-conteudos/publicacoes/notas-informativas/2019/publicacao-spe-fintech.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2020.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à lei de licitações e contratos administrativos**. 15. ed. São Paulo: dialética, 2012.

LABORATORIO DE INOVAÇÃO FINANCEIRA (LAB). **Diretrizes gerais para a constituição de sandbox regulatório no âmbito do mercado financeiro brasileiro**. [S. l.]: Lab, 26 ago. 2019. Disponível em: <https://labinovacaofinanceira.com/2019/08/26/diretrizes-gerais-para-constituicao-de-sandbox-regulatorio-no-ambito-do-mercado-financeiro-brasileiro/>. Acesso em: 28 fev. 2020.

MELLO, Maria Thereza; POSSAS, Mário. Direito e economia na análise de condutas anticompetitivas. In: POSSAS, Mário (org.). **Ensaio sobre economia e direito da concorrência**. São Paulo: Singular, 2002. p.135-159.

MORAES, Alexandre de. **Agências reguladoras**. São Paulo: Atlas, 2002.

PEREIRA JUNIOR, Jessé Torres. **Comentários à lei de licitações e contratações na administração pública**. 8. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2009.

SCHAPIRO, Mario Gomes; CARVALHO, Vinícius Marques de; CORDOVIL, Leonor Augusta Giovine *et al* (coord.). **Direito econômico concorrencial**. São Paulo: Saraiva, 2013. *E-book*.

RIBEIRO, Márcia C. P.; DINIZ, Patrícia D. F. Compliance e Lei Anticorrupção nas empresas. **Revista de Informação Legislativa**, [s. l.], ano 52, n. 205, p. 87-105, jan./mar. 2015. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/52/205/ril_v52_n205_p87.pdf. Acesso em: 11 abr. 2024.

SUNDFELD, Carlos Ari (org.). **Parcerias público-privadas**. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

WINDHOLZ, Eric; HODGE, Graeme A. Conceituando regulação social e econômica: implicações para agentes reguladores e para atividade regulatória atual. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 264, p. 13-56, 2013.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: **Direitos Fundamentais e Sociais na Era da Inovação e Tecnologia**

Ano/Semestre: 2023/2

Carga horária total: 15h/a

Créditos: 1 Crédito

Área temática: Direito

Código da disciplina: 121796

Professor: Prof. Dr. Guilherme Wünsch

EMENTA

Crises de Estado. O sistema de Capital. Neoliberalismo e mundo do trabalho. O ser humano como elemento central do trabalho. Direitos Fundamentais no Brasil. Direitos Humanos. Inovação tecnológica. O homem e a técnica. Cultura empresarial tecnológica. Sociedade 5.0.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Crises de Estado. Direitos Fundamentais no Brasil. Direitos Humanos. Inovação tecnológica. O homem e a técnica. Cultura empresarial tecnológica. Sociedade 5.0. Evolução histórica. Fontes materiais e formais. Princípios. Hermenêutica justralhista. Direitos fundamentais e relação de emprego. Eficácia das normas constitucionais e diálogo com as fontes internacionais de proteção ao trabalho. As Convenções da OIT e o movimento paredista. 2013 e a volta da greve de solidariedade. O diálogo dos movimentos coletivos com as entidades sindicais. O Poder Judiciário e a greve: análise de decisões judiciais. Despedida coletiva como elemento de resistência coletiva. Perspectivas. Análise dos parágrafos segundo e terceiro do art. 5º da CF e das decisões do STF/TST sobre aplicação. O caso da Convenção 158 da OIT.

OBJETIVOS

- a) Compreender os impactos da evolução tecnológica na efetivação dos direitos sociais e fundamentais.
- b) Estudar as novas relações sociais, na denominada sociedade 5.0, e a sua influência no Direito do Trabalho e Previdenciário.

c) Refletir acerca do desenvolvimento empresarial a partir de uma cultura tecnológica.

METODOLOGIA

Serão utilizadas variadas metodologias para o desenvolvimento das atividades planejadas, especialmente preparação e apresentação de seminários e de relatórios de leitura, pesquisa em sala de aula, estudos de casos, construção de mapas conceituais, *design thinking*, *frameworks*, árvores de decisão e outros modelos.

AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada a partir de competências, posicionadas a partir de conhecimentos, habilidades e atitudes, incluindo a apresentação de seminários e outras atividades desenvolvidas em sala de aula e fora dela (alicerçadas no exercício de estruturação de tema, delimitação do tema, problema, hipótese e objetivos), participação qualificada nas aulas, assiduidade elaboração de artigo científico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GALVÃO, Jorge. **O neoconstitucionalismo e o fim do estado de direito**. [S. l.]: Saraiva, 2013.

GUERRA, Sidney. **Direitos humanos: na ordem jurídica internacional e reflexos na ordem constitucional brasileira**. 2. ed. Atlas, 2014.

HARTLEY, Scott. **O fuzzy e o techne: por que as ciências humanas vão dominar o mundo digital**. São Paulo: BEI Comunicação, 2017.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos Humanos e o Direito Constitucional Internacional**. 14. ed. Saraiva, 2013.

MAIOR, Jorge Luiz Souto. **Curso de direito do trabalho: teoria geral do direito do trabalho**. São Paulo: LTr, 2011. v. 1, pt. 1.

MAIOR, Jorge Luiz Souto. **Curso de direito do trabalho: teoria geral do direito do trabalho**. São Paulo: LTr, 2017. v. 1, pt. 2.

SEVERO, Valdete Souto. Garantia de manutenção no emprego: condição de possibilidade da verdadeira negociação coletiva. **Revista Eletrônica: Acórdãos, Sentenças, Ementas, Artigos e Informações**, Porto Alegre, v. 5, n. 80, p. 92-103, jul. 2009. Disponível em: https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/80395/2009_severo_valdete_garantia_manutencao.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 11 abr. 2024.

SEVERO, Valdete Souto. **O dever de motivar a despedida**: argumentos para uma lógica comprometida com a ordem constitucional vigente. [S. l.]: Livraria do Advogado. Porto Alegre, 2011.

–MAIOR, Jorge Luiz Souto. A convenção nº 158 da OIT e a perda do emprego. **Jornal Trabalhista Consulex**, Brasília, DF, n. 1248, p. 13-16, 17 nov. 2008.

MAIOR, Jorge Luiz Souto. O abuso das dispensas coletivas e a reação corretiva do Direito do Trabalho. *In*: JORGE Luiz Souto Maior. [S. l.], 10 dez. 2017. Disponível em: <http://www.jorgesoutomaior.com/blog/o-abuso-das-dispensas-coletivas-e-a-reacao-corretiva-do-direito-do-trabalho>. Acesso em: 11 abr. 2024.

MAIOR, Jorge Luiz Souto. Ainda o abuso das dispensas coletivas. *In*: JORGE Luiz Souto Maior. [S. l.], 13 dez. 2017. Disponível em: <http://www.jorgesoutomaior.com/blog/ainda-o-abuso-das-dispensas-coletivas>. Acesso em: 11 abr. 2024.

VIANA, Márcio Túlio. Trabalhador sem medo - alguns argumentos em defesa da convenção n.158 da OIT. **Revista LTr**: Legislação do Trabalho, São Paulo, v. 72, n. 4, p. 438-443, abr. 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AROUCA, José Carlos. A convenção n. 158 e as dispensas coletivas. **Revista Justiça do Trabalho**, [s. l.], n. 291, mar. 2008.

BAYLOS, Antonio; PÉREZ REY, Joaquín. **El despido o la violencia del poder privado**. Madrid: Editorial Trotta, 2009.

CANOTILHO, J. J. Gomes; MENDES, Gilmar Ferreira; SARLET, Ingo Wolfgang; STRECK, Lenio Luiz. **Comentários à constituição do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

EDELMAN, Bernard. **A legalização da classe operária**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

HAZAN, Ellen Mara Ferraz. **Da greve ao locaute**: contribuições para a luta coletiva. Belo Horizonte: RTM, 2016.

GIANNOTTI, Vito. **História das lutas dos trabalhadores no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

MACIEL, José Alberto Couto. Vigência da Convenção nº 158 da OIT. **Trabalho & Doutrina**, São Paulo, n. 11, p. 20-23, dez. 1996.

CATHARINO, José Martins. **Em defesa da estabilidade**. São Paulo: LTr, 1966.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e sindicatos no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MORAES FILHO, Evaristo de. **Tratado elementar de direito do trabalho**. São Paulo: Livraria Freitas Bastos S/A, 1960. v. 1.

PAIXAO, Cristiano; LOURENÇO FILHO, Ricardo. A greve e sua conformação pelo TST: desvelando mentalidades. *In*: COUTINHO, Grijalbo Fernandes *et al.* (coord). **O mundo do trabalho**: leituras críticas da jurisprudência do TST: em defesa do direito do trabalho. São Paulo: LTr, 2009. v. 1, p. 65-76.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. HALL, Michael M. **A classe operária no Brasil**: documentos (1889-1930). São Paulo: FUNCAMP, 1979. v. 1: O movimento operário.

SANTANA, Marco Aurélio; RAMALHO, José Ricardo (org). **Além da fábrica**: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

SEGATTO, José Antônio. **A formação da classe operária no Brasil**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: **Empresa, Economia e Desenvolvimento**

Subtítulo: Análise Econômica do Direito

Ano/Semestre: 2023/2

Carga horária total: 30h/a

Créditos: 2 Créditos

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112149

Professor: Prof. Dr. Manoel Gustavo Neubarth Trindade

EMENTA

Aspectos estruturantes do Direito de Empresa. A realidade jurídica das sociedades contempladas no Código Civil e na legislação esparsa empresarial, notadamente a Sociedade por Ações. O fenômeno da internacionalização de sociedades empresárias brasileiras: necessidade de posicionamento global, adequação jurídica da estrutura societária e padrões escriturais internacionais. A importância dos acordos de acionistas como meio de prevenir conflitos. A administração com base nas boas práticas de governança corporativa. Análise do direito societário à luz da legislação e jurisprudência de alguns Estados estrangeiros. Tratados aplicáveis às sociedades e a algumas de suas transações internacionais. Análise dos principais temas relacionados à clássica teoria geral do Direito Comercial, a partir da unificação do direito privado e das relações entre Direito e economia. Estudo das principais características dos tipos societários previstos no direito brasileiro, com ênfase nas sociedades limitadas e nas sociedades anônimas. Exame dos principais atos e operações societárias tais como fusões, aquisições, formação de joint ventures e de consórcios.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Ponderações Introdutórias à Análise Econômica do Direito.
- Análise Econômica do Direito: Principais Conceitos. Eficiência Econômica. Eficiência de Pareto. Eficiência de Kaldor-Hicks.

- Sistema de Mercado. Mercados. Mecanismo de Mercado. Preferências. Curvas de Indiferença. Maximização de Utilidade. Microeconomia.
- Falhas de Mercado. Assimetria Informacional. Poder de Mercado. Custos de Transação. Externalidades.
- Teoria Econômica do Contrato.
- Teoria Econômica da Propriedade.
- Teoria da Firma. *Hold Up*. *Lock-in*. Quase-renda.
- Teoria da Agência
- Governança Corporativa e *Moral Hazard*.
- *Compliance* e Custos de Transação.
- Direito da Regulação. Mercado Financeiro. Novas Tecnologias. Fintech's.

AVALIAÇÃO

Participação em aula, participação nos seminários, fichas de leitura e prova com consulta e/ou artigo científico para publicação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AVI-YONAH, Reuve. Tax convergence and globalization. Tradução de João Henrique Algarve e Cristiano Carvalho. **Revista Tributária das Américas**, [s. l.], v. 1, p. 140-146, 2010.

CAVALLI, Cassio. **Empresa, direito e economia**. São Paulo: Saraiva, 2014.

COASE, R. H. **The firm, the market and the law**. [S. l.]: The University of Chicago Press, 1990.

COOTER, Robert D.; UELEN, Thomas. **Direito e economia**. Porto Alegre: Bookmann, 2010.

MACKAAY, Ejan; ROUSSEAU, Stéphane. **Análise econômica do direito**. São Paulo, Atlas, 2014.

POSNER, Richard A. **Economic analysis of law**: aspen law. 8th ed. [S. l.]: Wolters Kluwer, 2005.

TRINDADE, Manoel Gustavo Neubarth. **Análise econômica do direito dos contratos: uma nova abordagem do direito contratual como redutor das falhas de mercado**. Londrina: Editora Thoth, 2021.

SZTAJN, Rachel; ZYLBERSZTAJN, Decio. **Direito, economia e organizações**. [S. l.]: Campus, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARAÚJO, Fernando. **Análise econômica do direito, programa e guia de estudo**. [S. l.]: Almedina, 2008.

ASCARELLI, Tullio. **Panorama do direito comercial**. São Paulo: Saraiva e Cia, 1947.

ASQUINI, Alberto. Perfis da empresa. **Revista de Direito Mercantil**, São Paulo, n. 104, p. 108-126, out./dez. 1996.

BAPTISTA, Patrícia; KELLER, Clara Iglesias. Por que, quanto e até onde regular as novas tecnologias? Entre inovação e preservação, os desafios trazidos pelas inovações disruptivas. *In*: FREITAS, Rafael Veras de; RIBEIRO, Leonardo Coelho; FREIGELSON, Bruno (coord.). **Regulação e novas tecnologias**. Belo Horizonte: Fórum, 2017. p. 121-149.

POLINSKY, A. Mitchell. **An introduction to law and economics**. 3rd ed. New York: Aspen Publishers, 2003.

EASTERBROOK, F. **The economic structure of corporate law**. Cambridge, USA: Harvard University Press, 1996.

KRAAKMAN, Reiner *et al.* **The anatomy of corporate law: a comparative and functional approach**. Oxford: Oxford University, 2000.

NORTH, Douglass C. **Custos de transação, instituições e desempenho econômico**. [S. l.]: Instituto Liberal, 2002.

PINDYCK, Robert S.; RUBINFELD, Daniel L. **Microeconomia**. 6. ed. Tradução Eleutério Prado e Thelma Guimarães. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

SZTAJN, Rachel. **Teoria jurídica da empresa: atividade empresária e mercados**. São Paulo: Atlas, 2004.

SHAVELL, Steven. **Foundations of economic analysis of law**. [S. l.]: Harvard University Press, 2004.

YAZBEK, Otavio. **Regulação do mercado financeiro e de capitais**. 2. ed. [S. l.]: Elsevier, 2008.

WILLIAMSON, Oliver E. **The economics institutions of capitalism**. [S. l.]: Free Press, 1985.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: **Estratégias para a Internacionalização das Empresas**

Ano/Semestre: 2023/2

Carga horária total: 30h/a

Créditos: 2 Créditos

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112168

Professores: Profa. Dra. Juliana Balin Suzin

EMENTA

Internacionalização de empresas, considerando as diferentes correntes teóricas e suas implicações para o contexto brasileiro. Ambiente internacional de negócios, analisando criticamente as variáveis externas à empresa que interferem nas decisões de internacionalização. Estratégias de entrada em mercados externos, possibilidades de inserção competitiva de produtos, serviços e organizações no exterior, instrumentalizando gestores para o desenvolvimento de planos de internacionalização sustentáveis.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

A disciplina é dividida em cinco diferentes módulos:

- Módulo I:** Teorias em Negócios Internacionais – Conhecimento das principais correntes teóricas que estudam a internacionalização de empresas (Corrente Econômica e Comportamental)
- Módulo II:** Estratégias de Entrada em Mercados Externo – estudar as principais formas de atuação das organizações em mercados internacionais, focando nas necessidades e consequências à organização com base nas diferentes formas de atuação internacional das empresas.
- Módulo III:** O Brasil no Comércio Exterior – conhecer o histórico brasileiro no mercado internacional.
- Módulo IV:** o Ambiente Institucional Internacional – conhecer as influências institucionais formais e informais no ambiente internacional de negócios.

•**Modulo V:** Estudo de Caso

AVALIAÇÃO

Participação nas atividades práticas (visitas técnicas e propostas em aula) = 20%

Seminários vinculados aos temas do Conteúdo Programático = 40%

Artigo envolvendo tema abordado ao longo da disciplina = 40%

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DUNNING, John L.; LUNDAN, Sarianna M. **Multinational enterprises and the global economy**. 2nd ed. Massachusetts: Edward Elgar Publishing, 2008.

PENG, Mike W. **Estratégia global**. [S. l.]: Cengage CTP, 2008.

ROOT, F. R. **Entry strategies for international markets**. New York: Lexington, 1998.

RUGMAN, Alan M. **The oxford handbook of international business**. USA: Oxford University Press, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CATEORA, P. R.; GRAHAM, John L. **Marketing internacional**. São Paulo: LTC, 2001.

DUNNING, J. H. The eclectic paradigm of international production: a restatement and some possible extensions. **Journal of international Business Studies**, Richmond, v. 19, n. 1, p. 1-31, Mar. 1988.

JOHANSON, J.; VAHLNE, J. The mechanisms of internationalization. **International Marketing Review**, Bingley, v. 7, n. 4, p. 11-24, 1990.

JOHANSON, J.; VAHLNE, J. The uppsala internationalization process model revisited: from liability of foreignness to liability of outsidership. **Journal of International Business Studies**, [s. l.], v. 40, n. 9, p. 1411-1431, 2009.

OSLAND, G. E.; TAYLOR, C. R.; ZOU, S. Selecting international modes of entry and expansion. **Marketing Intelligence & Planning**, Bingley, v. 19, n. 3, p. 153-161, 2001.

PENG, Mike W. **Estratégia global**. [S. l.]: Thomson, 2008.

PENG, Mike W. **Global business**. [S. l.]: South-Western Cengage Learning, 2011.

SHARMA, V. M.; ERRAMILLI, M. K. Resource-based explanation of entry mode choice. **Journal of Marketing Theory and Practice**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 1, 2004.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: **Formas de Resolução de Conflitos**

Ano/Semestre: 2023/2

Carga horária total: 30h/a

Créditos: 2 Créditos

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112156

Professor: Prof. Dra. Daniela Pellin

EMENTA

A crise do Poder Judiciário e a busca por soluções alternativas. A assessoria jurídica como modo de prevenção de conflitos. Métodos alternativos de solução de controvérsias. Teoria da Negociação. Escolas. Mediação. Arbitragem. Compromisso arbitral. Processo arbitral. Poder Judiciário e Arbitragem.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

DATA/AULA	ECOSSISTEMA DE CONHECIMENTOS
ENCONTRO 01	<p>Apresentação da proposta da disciplina, da metodologia do desenvolvimento da aprendizagem, dos critérios de avaliação e contextualização da matéria. Distribuição de temas e seminários.</p> <p>TEMA: Aspectos globalizantes da resolução de conflitos</p> <p>ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Diretrizes para a mediação eficaz. Nova York: UNDP, 2015. Disponível em: https://peacemaker.un.org/sites/peacemaker.un.org/files/GuidanceEffectiveMediation_UNDP2012_pt_Jun2015correction_0.pdf.</p> <p>CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). Conciliação e Mediação. Disponível em https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoas/conciliacao-e-mediacao/</p>
ENCONTRO 02	<p>TEMA: Fundamentos da Negociação</p> <p>LEWICKI, Roy J.; SAUNDERS, David M.; BARRY, Bruce. Fundamentos de negociação. 5ed. Porto Alegre: MGH, 2014.</p>

<p>ENCONTRO 03</p>	<p>TEMA: Comunicação Aplicada</p> <p>ROSENBERG, Marshall, Comunicação Não Violenta. São Paulo: Ágora, 2006.</p>
<p>ENCONTRO 04</p>	<p>TEMA: Escolas de Métodos de Negociação</p> <p>Conheça os principais modelos de mediação de conflitos. Disponível em https://emporiododireito.com.br/leitura/conheca-os-principais-modelos-de-mediacao-de-conflitos</p>
<p>ENCONTRO 05</p>	<p>TEMA: Mediação (Lei nº 13.140/2015) e Conciliação</p> <p>Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Económicos (OCDE). Recomendação Do Conselho Relativa Às Linhas Diretrizes Que Regem A Protecção Dos Consumidores No Contexto Do Comércio Electrónico Disponível em https://www.oecd.org/sti/consumer/34023696.pdf</p>
<p>ENCONTRO 06</p>	<p>TEMA: Mediação (Lei nº 13.140/2015) e Novas Tecnologias (<i>Online Dispute Resolution</i> (ODR))</p> <p>BELCHIOR, Wilson Sales. Online Dispute Resolution, inovações e benefícios para o setor corporativo. Disponível em https://rms.adv.br/rms-noticias/direito-digital/online-dispute-resolution-inovacoes-e-beneficios-para-o-setor-corporativo/</p>
<p>ENCONTRO 07</p>	<p>TEMA: Mediação Empresarial Internacional</p> <p>CONVENÇÃO DE SINGAPURA SOBRE MEDIAÇÃO. Disponível em https://www.singaporeconvention.org/</p>
<p>ENCONTRO 08</p>	<p>TEMA: Arbitragem</p> <p>DELGADO, José Augusto. A arbitragem no Brasil – Evolução histórica e conceitual. Disponível em http://www.escolamp.org.br/arquivos/22_05.pdf.</p>
<p>ENCONTRO 09</p>	<p>TEMA: Arbitragem na Administração Pública e Coletiva</p> <p>RODOVALHO, Thiago e CAHALI, Francisco José. A Arbitragem no Novo CPC - Primeiras Impressões. In FREIRE, Alexandre <i>et al</i> (Org.). Novas tendências do Processo Civil: estudos sobre o projeto do novo código de processo civil. Vol. 2. Salvador: JusPodivm, 2014, pp. 583/604.</p> <p>Regulamento da CAMARB: http://camarb.com.br/mediacao/regulamento/</p> <p>SILVEIRA, Sebastião Sergio da; GUIMARÃES, Leonardo Aquino Moreira; ZACARIAS, Fabiana. Meios Alternativos de Resolução de Conflitos: arbitragem de direitos coletivos. In Revista Húmus. V. 9, n. 25 (2019). Disponível em</p>

	http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/revistahumus/article/view/10853
ENCONTRO 10	TEMA: Jurimetria e análise preditiva para negociação, mediação, conciliação e arbitragem ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE JURIMETRIA (ABJ). Por que usar R para a Jurimetria? Publicado em 01 mar 2020. Disponível em https://abj.org.br/por-que-usar-r-para-jurimetria/

OBJETIVOS

O **objetivo geral** da disciplina é incluir o aluno no contexto sistêmico dos métodos de resolução alternativas de disputas no formato extrajudicial e judicial, com conhecimento teórico, aplicado e contextualização crítica e de âmbito global, inclusive com o fim de aprimoramento profissional. De posse dessa verificação, a disciplina tem como **objetivos específicos**: a) tornar o aluno protagonista na comunicação de linguagem de novos padrões de comportamento jurídico no exercício de atividade profissional; b) dar ao aluno condições de se apropriar do discurso dos métodos alternativos de resolução de disputas; e, c) transformar o aluno em gestor de novos padrões de reflexão jurídica sistêmica que sirvam para intervenções jurídicas em tomadas de decisão jurídica e econômica.

METODOLOGIA

A metodologia aplicada às aulas é a sistêmico-constructivista e tem na pragmática a resposta aos problemas diagnosticados pelo aluno a partir do conhecimento recebido em aulas expositivas e dialogadas, sendo o protagonista na construção das respostas. As técnicas de aula-pesquisa são a leitura de textos, capítulos de livros, artigos e atividades de reflexão e fixação de conteúdos aplicadas em sala de aula, além da produção acadêmica de seminário e elaboração e entrega de artigo científico como conclusão da disciplina, ao final do semestre, o qual deverá estar em condições de publicação científica.

AVALIAÇÃO

Para a conclusão da disciplina, com aprovação, o aluno deverá alcançar a nota mínima de 7,0 (de um total de 10,0) pontos, avaliada no contexto global, da seguinte forma:

A participação ativa promovendo debate em cada aula lhe conferirá de 0,0 a 1,0 ponto, conferido proporcionalmente ou na totalidade dos 10 encontros.

A elaboração e realização de seminário temático, no valor total de 0,0 a 4,0 pontos, a depender dos critérios preenchidos, segundo orientações recebidas para a atividade.

Entrega de artigo científico (segundo regras da ABNT e de metodologia científica da pesquisa) que deverá abordar: objeto, problema, hipótese, objetivo geral, objetivos específicos, referências bibliográficas, nacional e estrangeira, observados ao longo do processo de construção da disciplina que computará o valor de 0,0 a 5,0 pontos. Caso o artigo seja entregue fora do prazo, será descontado 1,0 ponto do total avaliado.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALMEIDA, Fábio Portela Lopes de. A teoria dos jogos: uma fundamentação teórica dos métodos de resolução de disputa. *In: AZEVEDO, André Gomma de (org.). Estudos em arbitragem, mediação e negociação*. Brasília, DF: Grupos de Pesquisa, 2003. v. 2, p. 175-199.

BERGAMINI, C.W. **Administração do sentido**. São Paulo: atlas, 2009.

CARMONA, Carlos Alberto. **Arbitragem e processo: comentários a Lei nº 9307/96**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

FISHER, Roger; URY, William; PATTON, Bruce. **Como chegar ao sim: negociação de acordos sem concessões**. Rio de Janeiro: Imago, 2005.

JOBIM, Eduardo; MACHADO, Rafael Bicca. **Arbitragem no Brasil: aspectos jurídicos relevantes**. São Paulo: Quartier Latin, 2008.

LEWICKI, Roy J.; SAUNDERS, David M.; BARRY, Bruce. **Fundamentos de negociação**. 5. ed. Porto Alegre: MGH, 2014.

MELLO, Rafael Munhoz de. Arbitragem e administração pública. **Revista Jurídica da Procuradoria-Geral do Estado do Paraná**, Curitiba, n. 6, p. 47-81, 2015.

MORAIS, Jose Luis Bolzan de; SPENGLER, Fabiana Marion. **Mediação e arbitragem: alternativas à jurisdição!** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

NERY, Ana Luisa. **Arbitragem coletiva**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

ROSENBERG, Marshall. **Comunicação não violenta**. São Paulo: Ágora, 2006.

TIMM, Luciano. **Arbitragem nos contratos empresariais**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

TRECENTI, Julio. **Por que usar R para a jurimetria?** [S. l.]: Associação Brasileira de Jurimetria (ABJ), 01 mar. 2020. Disponível em: <https://lab.abj.org.br/posts/2018-03-01-por-que-usar-r-para-jurimetria/>. Acesso em: 20 dez. 2017

URY, William. **O poder do não positivo**. São Paulo: Elsevier, 2007.

URY, William. **Supere o não: negociando com pessoas difíceis**. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

WARAT, Luis Alberto. **Surfando na Pororoca: o ofício do Mediador**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2004. v. 3.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CALMON, Petrônio. **Fundamentos da mediação e conciliação**. 3. ed. Gazeta jurídica, 2015.

CARVALHAL, Eugênio *et al.* **Negociação e administração de conflitos**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2011.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). **Conciliação e mediação**. Brasília, DF: CNJ, [2023?]. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/programas-e-acoas/conciliacao-e-mediacao/>. Acesso em: 11 abr. 2024.

COOTER, Robert D.; RUBINFELD, Daniel L. Economic analysis of legal disputes and their resolution. **Journal of Economic Literature**, Pittsburgh, v. 27, n. 3, p. 1067-1097, Sept. 1989. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2726775>. Acesso em: 11 abr. 2024.

DELGADO, José Augusto. A arbitragem no Brasil – evolução histórica e conceitual. **Revista Jurídica**, [s. l.], n. 22, p. 1-18, c2023. Disponível em: http://www.escolamp.org.br/arquivos/22_05.pdf. Acesso em: 11 abr. 2024.

DEUTSCH, Morton. Conflict resolution: theory and practice. **Political Psychology**, [s. l.], v. 4, n. 3, p. 431-453, 1983.

OLIVEIRA, Lauro Ericksen Cavalcanti. A teoria geral dos conflitos e a sua compreensão como um fenômeno sócio-jurídico: os planos objetivo, comportamental e anímico dos conflitos. **Revista da Escola Superior da Magistratura Trabalhista da Paraíba**, João Pessoa, ano 4, n. 4, out. 2001.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Diretrizes para a mediação eficaz**. Nova York: UNDPA, 2015. Disponível em: https://peacemaker.un.org/sites/peacemaker.un.org/files/GuidanceEffectiveMediation_UNDP_A2012_pt_Jun2015correction_0.pdf. Acesso em: 11 abr. 2024.

SILVEIRA, Sebastião Sergio da; GUIMARÃES, Leonardo Aquino Moreira; ZACARIAS, Fabiana. Meios alternativos de resolução de conflitos: arbitragem de direitos coletivos. **Revista Húmus**, [s. l.], v. 9, n. 25, 2019. Disponível em:

<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/revistahumus/article/view/10853>. Acesso em: –Acesso em: 11 abr. 2024.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: **Insolvência e Recuperação Empresarial**

Ano/Semestre: 2023/2

Carga horária total: 30h/a

Créditos: 2 Créditos

Área temática: Direito

Código da disciplina: 121798

Professor: Prof. Dr. Manoel Gustavo Neubarth Trindade

EMENTA

Análise dos institutos da falência e da recuperação judicial e extrajudicial empresarial, tanto no âmbito nacional quanto internacional e seus efeitos na gestão empresarial.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Recuperação judicial e extrajudicial e seus aspectos jurídicos e econômicos.
- Recuperação judicial: pressupostos e condições do pedido de recuperação, verificação dos créditos.
- Órgãos concursais: administrador judicial, comitê de credores, assembleia geral de credores.
- Efeitos da recuperação quanto à pessoa, obrigações e bens do devedor.
- Plano de recuperação: fase de observação, fase de cumprimento, convolação da recuperação em falência.
- Falência e seus aspectos jurídicos e econômicos.
- Pressupostos e condições da ação falimentar, processamento, sentença, recursos cabíveis.
- Fase falimentar: formação da massa objetiva, arrecadação, liquidação do ativo, ações falimentares, responsabilidade dos sócios e administradores da sociedade, formação da massa subjetiva, verificação e classificação dos créditos, formação do quadro geral de credores, pagamento, sentença de encerramento.
- Efeitos da falência quanto à pessoa, obrigações e bens do devedor.
- Fase pós-falimentar: extinção das obrigações, reabilitação.
- Crimes Falimentares.

- Temas especiais de direito concursal.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AYOUB, Luiz Roberto; CAVALLI, Cássio. **A construção jurisprudencial da recuperação judicial de empresas**. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

BEZERRA FILHO, Manoel Justino. **Lei de recuperação de empresas e falências**. 9. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

CAMPINHO, Sérgio. **Falência e recuperação de empresa: o novo regime da insolvência empresarial**. 6. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2012.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Comentários à nova lei de falências e de recuperação de empresas**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

FRANÇA, Erasmo Valladão Azevedo e Novaes; ADAMEK, Marcelo Vieira Von. (coord.). **Temas de direito empresarial e outros estudos: em homenagem ao Professor Luiz Gastão Paes de Barros Leães**. São Paulo: Malheiros, 2014.

FRANCO, Vera Helena de Mello; SZTAJN, Rachel. **Falência e recuperação da empresa em crise: comparação com as posições do direito europeu**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

IMHOF, Cristiano. **Lei de falências e de recuperação de empresas e sua interpretação jurisprudencial**. Florianópolis: Conceito Editorial, 2009.

PAIVA, Luiz Fernando Valente de (coord.). **Direito falimentar e a nova lei de falências e recuperação de empresas: Lei 11.101 de 9 de fevereiro de 2005 e LC 118 de 9 de fevereiro de 2005**. São Paulo: Quartier Latin, 2005.

SPINELLI, Luís Felipe; TELLECHEA, Rodrigo; SCALZILLI, João Pedro. **Recuperação de empresas e falência: teoria e prática na Lei 11.101/2005**. São Paulo: Almedina, 2023.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRANCO, Gerson Luiz Carlos. Juízo universal e pedido de restituição na recuperação judicial (Jurisprudência comentada). **Revista dos Tribunais**, São Paulo, n. 972, p. 403-408, out. 2016.

CALÇAS, Manoel de Queiroz Pereira; SILVA, Ruth Maria Junqueira de Andrade Pereira e. Da cessão fiduciária de crédito na recuperação judicial: análise da jurisprudência. **Cadernos Jurídicos**, São Paulo, v. 16, n.39, p. 9-19, jan./mar. 2015.

CEREZETTI, Sheila Christina Neder: A prevalência da vontade da assembleia-geral de credores em questão: o cram down e a apreciação judicial do plano aprovado por todas as classes. **Revista de Direito Mercantil: Industrial, Econômico e Financeiro**, São Paulo, v. 45, n. 143, p. 202-242, jul. 2006.

FRANCO, Vera Helena de Mello. A crise econômica e a reforma do direito concursal no continente europeu: função social ou manutenção da atividade? **Revista dos Tribunais**, São Paulo, n. 936, p. 73-112, out. 2013.

LOBO, Jorge Joaquim. Responsabilidade por obrigações e dívidas da sociedade empresária na recuperação extrajudicial, na recuperação judicial e na falência. **Revista Jurídica**, Porto Alegre, v. 355, p.47-57, maio 2007.

MARTINS, Ives Gandra da Silva. Criação de subsidiária integral nos termos do artigo 50, inciso II, da Lei nº 11.101/05, objetivando gerar recursos para saldar obrigações de empresa em recuperação judicial. As empresas criadas nos termos dos referidos dispositivos não carregam as responsabilidades da empresa em recuperação. Declaração de inidoneidade da empresa mãe não se transfere para a empresa criada por determinação judicial (Parecer). **Revista Magister de Direito Empresarial, Concorrencial e do Consumidor**, Porto Alegre, v. 9, n. 54, p. 36-58, dez./jan. 2014.

MUNHOZ, Eduardo Secchi. Cessão fiduciária de direitos de crédito e recuperação judicial de empresa. **Revista do Advogado**, São Paulo, v. 29, n. 105, p. 33-47, set. 2009.

TOLEDO, Paulo Fernando Campos Salles de. O plano de recuperação e o controle judicial da legalidade. **Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais**, São Paulo, v. 16, n. 60, p. 307-324, abr./jun. 2013.

WAISBERG, Ivo; LIMA, Stefan Lourenço de. Fundos de investimento e sua utilização em recuperação judicial - Aspectos relevantes. **Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais**, São Paulo, v. 16, n. 60, p. 205-221, abr./jun. 2013.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: **Metodologia para a Análise e Resolução de Casos**

Ano/Semestre: 2023/2

Carga horária total: 30h/a

Créditos: 2 Créditos

Área temática: Direito

Código Disciplina: 112152

Professor: Prof. Dr. Wilson Engelmann

EMENTA

Paradigmas de Pesquisa em Direito; Projetos de Pesquisa (Estrutura, processo de desenvolvimento e critérios de qualidade); Métodos de Pesquisa: A pesquisa experimental, a pesquisa Survey, o Estudo de Caso, a Pesquisa-Ação, a Etnografia, “Legal analysis and writing: how to read and brief a case and how to draft a memorandum” (a experiência americana); Técnicas de coleta de dados; Técnicas de análise de dados.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Pesquisa jurídica e suas características aplicadas ao Mestrado Profissional; etapas da construção de projeto de pesquisa; estruturas de Trabalho de Conclusão; metodologia da pesquisa jurídica, com ênfase na pesquisa empírica; estruturando o artigo científico e outros trabalhos acadêmicos.

AVALIAÇÃO

Participação qualificada nas aulas; apresentação de seminário, além de outros modelos, e entrega de relatório de leituras e a elaboração do Projeto de pesquisa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

EPSTEIN, Lee; KING, Gary. **Pesquisa empírica em direito**: as regras de inferência. Tradução de Fábio Morosini. São Paulo: Direito GV, 2013.

EPSTEIN, Lee; MARTIN, Andrew D. **An introduction to empirical legal research**. Oxford: Oxford University Press, 2014.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa; DIAS, Maria Tereza Fonseca; NINÁCIO, Camila Silva. **(Re)pensando a pesquisa jurídica: teoria e prática**. 5. ed. rev. ampl. e atual. São Paulo: Almedina, 2020.

GOMES NETO, José Mário Wanderley; BARBOSA, Luis Felipe Andrade; PAULA FILHO, Alexandre Moura Alves de. **O que dizem os dados? Uma introdução à pesquisa jurídica quantitativa**. Petrópolis: Vozes, 2023.

HERNÁNDEZ SAMPIERI, Roberto. **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

MACHADO, Maíra Rocha (org.). **Pesquisar empiricamente o direito**. São Paulo: Rede de Estudos Empíricos em Direito, 2017.

NUNES, Dierle; DUARTE, Fernanda Amaral. Jurimetria e tecnologia: diálogos essenciais com o Direito Processual. **Revista de Processo**, São Paulo, v. 299, p. 407-450, jan. 2020.

PARGENDLER, Marlana; SALAMA, Bruno Meyerhof. Direito e consequência no Brasil: em busca de um discurso sobre o método. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 262, p. 95-144, jan./abr. 2013.

PISCHETOLA, Magda; MIRANDA, Lyana Thédiga de. **A sala de aula como ecossistema: tecnologias, complexidade e novos olhares para a educação**. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Editora PUC, 2021.

QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo; FEFERBAUM, Marina (coord.). **Metodologia da pesquisa em Direito: técnicas e abordagens para elaboração de monografias, dissertações e teses**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

SILVERMAN, David. **Interpretação de dados qualitativos: métodos para análise de entrevistas, textos e interações**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

WELLFORD, Robin S. **Legal analysis and writing**. [S. l.]: Lexis-Nexis Eletronic Authors, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABERNATHY, Charles F. **Law in the United States**. New York: Thomson West, 2006 (American Casebook Series).

BERGMANN, Jonathan; SAMS, Aaron. **Sala de aula invertida: uma metodologia ativa de aprendizagem**. Tradução de Afonso Celso da Cunha Serra. Rio de Janeiro: LTC, 2016.

BOOTH, Wayne C. *et al.* **The craft of research**. 4th ed. Chicago: The University of Chicago Press, 2016.

BROWN, Tim. **Design thinking**: uma metodologia ponderosa para decretar o fim das velhas ideias. Tradução de Cristina Yamagami. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

CRESWELL, J. W. **Research design**: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches. Thousand Oaks: Sage Publication, 2003.

DRESCH, Aline; LACERDA, Daniel Pacheco; ANTUNES JÚNIOR, José Antonio Valle. **Design science research**: método de pesquisa para avanço da ciência e tecnologia. Porto Alegre: Bookman, 2015.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. *In*: BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 64-89.

HERNÁNDEZ SAMPIERI, Roberto; FERNÁNDEZ COLLADO, Carlos; BAPTISTA LUCIO, María del Pilar. **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

HOECKE, Mark Van. **Methodologies of legal research**: which kind of method for what kind of discipline? Oxford: Hart Publishing, 2013.

LAMY, Marcelo. **Metodologia da pesquisa**: técnicas de investigação, argumentação e redação. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Matrioska Editora, 2020.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. 14. ed. Tradução de Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

SACHS, Stephen E. Finding Law. **Califórnia Law Review**, Califórnia, v. 107, p. 527-582, 2019.

SCHLEMMER, Eliane; MORGADO, Leonel; MOREIRA, José António Marques. Educação e transformação digital: o habitar do ensinar e do aprender, epistemologias reticulares e ecossistemas de inovação. **Interfaces da Educação**, Paranaíba, v. 11, n. 32, p. 764-790, 2020.

SIEMS, Mathias M.; SÍTHIGH, Daithí Mac. Mapping legal research. **The Cambridge Law Journal**, [s. l.], v. 71, p. 651-676, 2012.

YIN, R. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

ZABALA, Filipe Jaeger; SILVEIRA, Fabiano Feijó. Jurimetria: estatística aplicada ao Direito. **Revista Direito e Liberdade**, [s. l.], v. 16, n. 1, p. 87-103, jan./abr. 2014.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: **Normas Gerais e Regimes Próprios de Previdência**

Semestre: 2023/2

Carga horária total: 15h/a

Créditos: 1 Crédito

Área temática: Direito

Código da disciplina: 121808

Professor: Prof. Dr. Daniel Machado da Rocha

EMENTA

Os Regimes Próprios de Previdência no Brasil. As reformas da previdência no Brasil. Principais Impactos da EC 103/2019. O Papel das normas gerais. A sustentabilidade dos Regimes Próprios de Previdência. O mito ou a realidade do déficit previdenciário. A proteção previdenciária ofertada aos servidores públicos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Princípios constitucionais relativos à previdência. Normas gerais de direito previdenciário. Reformas constitucionais: causas e consequências. Aproximação entre os regimes públicos de previdência. Financiamento dos regimes de previdência. Contribuições ordinárias e extraordinárias cobradas dos servidores ativos e inativos. Regimes Próprios, constituição da unidade gestora, proibição de criação e regras para sua extinção. Controle dos Tribunais de Contas. Acumulação de benefícios. Teto para o pagamento de benefícios. Benefícios devidos em face da Incapacidade. Aposentadoria Compulsória. Aposentadoria programada. Aposentadoria Especial do Servidor. Pensão Por Morte. Abono de permanência. Previdência Complementar dos Servidores Públicos. Análise de Casos.

OBJETIVOS

- a) Diferenciar as regras do Regime Geral de Previdência e do Regime Próprio de Previdência;
- b) Estudar as Transformações entre os Regimes de Previdência e os Efeitos na Aposentadoria;

c) Compreender os aspectos que devem ser observados para viabilizar a sustentabilidade de um regime próprio de previdência ao longo do tempo.

METODOLOGIA

Serão utilizadas variadas metodologias para o desenvolvimento das atividades planejadas, especialmente preparação e apresentação de seminários e de relatórios de leitura, pesquisa em sala de aula, estudos de casos, construção de mapas conceituais, *design thinking*, *frameworks*, e outros modelos.

AValiação

A avaliação será realizada a partir de competências, posicionadas a partir de conhecimentos, habilidades e atitudes, incluindo a apresentação de seminários e outras atividades desenvolvidas em sala de aula e fora dela (alicerçadas no exercício de estruturação de tema, delimitação do tema, problema, hipótese e objetivos), participação qualificada nas aulas, assiduidade elaboração de artigo científico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAMPOS, Marcelo Barroso Lima Brito de. **Regime próprio de previdência social dos servidores públicos**. 8. ed. Curitiba: Juruá, 2017.

LAZZARI, João Batista *et al.* (coord). **Comentários à reforma da Previdência**. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

PIERDONÁ, Zelia Luiza; DERZI, Heloisa Hernandez. A EC N° 103/2019 e a sustentabilidade da previdência social brasileira. **Revista Direito das Relações Sociais e Trabalhistas**, [s. l.], v. 5, n. 2, 2019. Disponível em: <http://publicacoes.udf.edu.br/index.php/mestradodireito/article/view/189>. Acesso em: 11 abr. 2024.

ROCHA, Daniel Machado da. **Comentários à lei de benefícios da previdência social**. 20. ed. Curitiba: Alteridade, 2022.

ROCHA, Daniel Machado da; SAVARIS, Jose Antonio. **Direito previdenciário: fundamentos de interpretação e aplicação**. 2. ed. Curitiba: Alteridade, 2019.

SAVARIS, José Antonio. **Uma teoria da decisão judicial da previdência social: contributo para a superação da prática utilitarista**. Florianópolis: Conceito Editorial, 2011.

SAVARIS, José Antonio; SOUZA, Victor Roberto Corrêa de. Tutela jurídica dos direitos sociais em formação na PEC da “nova previdência”: uma análise do tratamento conferido às

aposentadorias voluntárias. **Novos Estudos Jurídicos**, [s. l.], v. 24, n. 3, p. 913-941, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.14210/nej.v24n3.p913-941>. Acesso em: 1 jul. 2020.

SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia do direito fundamental à segurança jurídica: dignidade da pessoa humana, direitos fundamentais e proibição de retrocesso social no direito constitucional brasileiro. In: ROCHA, Carmen Lúcia Antunes (org.). **Constituição e segurança jurídica: direito adquirido, ato jurídico perfeito e coisa julgada: estudos em homenagem a José Paulo Sepúlveda Pertence**. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2005. p. 85-135.

SARLET, Ingo Wolfgang. O Estado Social de Direito, a proibição de retrocesso e a garantia fundamental da propriedade. **Revista Eletrônica sobre a Reforma do Estado**, Salvador, n. 9, mar./abr./maio 2007. Disponível em: <http://www.direitodoestado.com.br/codrevista.asp?cod=182>. Acesso em: 1 ago. 2020.

SARMENTO, Daniel. Direito adquirido, emenda constitucional, democracia e justiça social. **Revista Eletrônica sobre a Reforma do Estado**, Salvador, n. 12, dez./jan./fev. 2008. Disponível em: <http://www.direitodoestado.com.br/codrevista.asp?cod=248>. Acesso em: 25 jul. 2020.

SOUZA, Victor. **Proteção e promoção da confiança no direito previdenciário**. Curitiba: Alteridade, 2018.

VIEIRA, Lucia Helena (coord.). **Regimes próprios: aspectos relevantes**. São Bernardo do Campo: APEPREM, 2021. v. 15.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALEXY, Robert. **Teoria de los derechos fundamentales**. Trad. Ernesto Garzón Valdez. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1993.

BALERA, Wagner. **Sistema de seguridade social**. 4. ed. São Paulo: LTR, 2006.

BARROSO, Luis Roberto. Judicialização, ativismo judicial e legitimidade democrática. **Anuario Iberoamericano de Justicia Constitucional**, [s. l.], n. 13, p. 19-20, 2009. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/ejemplar/400285>. Acesso em: 14 jun. 2019.

CANOTILHO, J. J. Gomes; MENDES, Gilmar F.; SARLET, Ingo W.; STRECK, Lenio L. (coord.). **Comentários à Constituição do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Saraiva: Almedina, 2018.

DELGADO, Ignacio Godinho. **Previdência social e mercado no Brasil: a presença empresarial na trajetória política social brasileira**. São Paulo: LTr, 2001.

GUASTINI, Riccardo. **Distinguendo: estudios de teoría y metateoría del derecho**. Trad. Jordi Ferrer i Beltrán. Barcelona: Editorial Gedisa, 1999.

MALLOY, James M. **A política de previdência social no Brasil**. Trad. Maria José Lingren Alves. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

MORAIS, Océlio de Jesús C. (coord). **Sistemas de seguridade no mundo**. São Paulo: LTr, 2019.

PEREZ-LUÑO, Antonio-Enrique. La positividad de los derechos sociales: um enfoque desde la filosofía del derecho. **Derechos y Libertades**, [s. l.], n. 14, 2006.

ROCHA, Daniel Machado da. **Normas gerais de direito previdenciário e a previdência do servidor público**. Florianópolis: Conceito, 2012.

ROCHA, Daniel Machado da. **O direito fundamental à previdência social na perspectiva dos princípios constitucionais diretivos do sistema previdenciário brasileiro**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**. 5. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: **Novas Tecnologias e Direito**

Ano/Semestre: 2023/2

Carga horária total: 15h/a

Créditos: 1 Créditos

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112154

Professor: Prof. Dr. Wilson Engelmann

EMENTA

Sociedade, Direito, ciência e tecnologia, em busca de novos referenciais. Novos paradigmas do Direito e a superação do modelo linear, hierárquico, piramidal, positivista. Regulação, regulamentação, autorregulação e normas técnicas: esclarecendo conceitos. ISO e outros organismos internacionais de normalização. Os diferentes tipos de normas privadas e seu impacto no comércio internacional Autorregulação e Responsabilidade Social das empresas no desenvolvimento de novas tecnologias. Autorregulação regulada. Nanotecnologia e Autorregulação. Autorregulação e o direito à informação.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- As relações contemporâneas entre o Direito e as Novas Tecnologias.
- Desafios jurídicos trazidos pelas nanotecnologias no cenário de ausência regulatória estatal.
- O diálogo entre as fontes do Direito e as questões atinentes à Regulação, regulamentação, autorregulação.
- O direito à informação e os desafios à gestão empresarial dos riscos das nanotecnologias.
- A caracterização jurídica das normas da ISO e da OCDE.
- A responsabilidade social das empresas no desenvolvimento de novas tecnologias: o framework de John Gerard Ruggie e os Direitos Humanos.

AVALIAÇÃO

- Participação qualificada nas aulas, evidenciando a leitura dos textos previamente indicados para cada encontro;
- Elaboração e apresentação de seminário;
- Relatório de leitura.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AQUINO, Marcelo Fernandes de. Os arranjos colaborativos e complementares de ensino, pesquisa e extensão na educação brasileira e sua contribuição para um projeto de sociedade sustentável no Brasil. **Caderno IHU Ideias**, São Leopoldo, ano 2, n. 187, 2013. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/images/stories/cadernos/ideias/187cadernosihuideias.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2023.

BALDWIN, Robert; CAVE, Martin; LODGE, Martin. **Understanding regulation: theory, strategy, and practice**. 2nd ed. Oxford: Oxford University Press, 2012.

BECKER, Daniel; FERRARI, Isabela (coord.). **Regulação 4.0: novas tecnologias sob perspectiva regulatória**. São Paulo: Thomson Reuters: Revista dos Tribunais, 2019.

ENGELMANN, Wilson; WERNER, Deivid Augusto. Inteligência artificial e Direito. *In*: FRAZÃO, Ana; MULHOLLAND, Caitlin (coord.). **Inteligência artificial e Direito: ética, regulação e responsabilidade**. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Thomson Reuters: Revista dos Tribunais, 2020. p. 145-174.

GROSSI, Paolo. **Oltre la legalità**. Bari: Gius. Laterza & Figli, 2020.

HOFFMANN-RIEM, Wolfgang. **Teoria geral do direito digital: transformação digital: desafios para o Direito**. Tradução Italo Fuhrmann. Rio de Janeiro: Forense, 2021.

MALDONADO, Viviane Nóbrega; FEIGELSON, Bruno (coord.). **Advocacia 4.0**. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019.

MATEO BORGE, Iván. La robótica y la inteligencia artificial en la prestación de servicios jurídicos. *In*: NAVAS NAVARRO, Susana (dir.). **Inteligencia artificial, tecnología, derecho**. Valencia: Tirant lo Blanch, 2017. p. 123-150.

PARKER, Christine and HOWE, John. Ruggie's diplomatic project and its missing regulatory infrastructure. *In*: MARES, Radu (ed.). **The UN guiding principles on business and human rights: foundations and implementation**. Boston: Martinus Nijhoff Publishers, 2012. p. 273-301.

ZACCARIA, Giuseppe. **Postdiritto: nuove fonti, nuove categorie**. Bologna: Società editrice il Mulino, 2022.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BAPTISTA, Patrícia; KELLER, Clara Iglesias. Por que, quando e até onde regular as novas tecnologias? Entre inovação e preservação, os desafios trazidos pelas inovações disruptivas. *In*: FREITAS, Rafael Vêras de; RIBEIRO, Leonardo Coelho; FEIGELSON, Bruno (coord.). **Regulação e novas tecnologias**. Belo Horizonte: Fórum, 2017. p. 121-150.

BRASIL. **Diretrizes gerais e guia orientativo para elaboração de análise de impacto regulatório – AIR**. Brasília, DF: Presidência da República, 2018. Disponível em: https://www.gov.br/casacivil/pt-br/centrais-de-conteudo/downloads/diretrizes-gerais-e-guia-orientativo_final_27-09-2018.pdf/view. Acesso em: 14 jun. 2023.

COOPER, Robert G. Idea-to-launch gating systems: better, faster, and more agile. **Research-Technology Management**, [s. l.], v. 60, n. 1, p. 48-52, 2017.

DARNACULLETA i GARDELLA, M. Mercè. D.; ESTEVE PARDO, José. Autorregulación regulada y medio ambiente: el sistema comunitario de ecogestión y auditoría ambiental. *In*: PARDO, José Esteve (coord.). **Derecho del medio ambiente y administración local**. 2. ed. Barcelona: Fundación Democracia y Gobierno Local, 2006. p. 325-344.

DARNACULLETA i GARDELLA, M. Mercè. D.; ESTEVE PARDO, José.; SPIECKER gen. DÖHMANN, Indra (ed.). **Estrategias del derecho ante la incertidumbre y la globalización**. Madrid: Marcial Pons, 2015.

DELMAS-MARTY, Mireille. **Por um direito comum**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

DÍEZ, Carlos Gómez-Jara. **A responsabilidade penal da pessoa jurídica e o dano ambiental: a aplicação do modelo construtivista de autorresponsabilidade à Lei 9.605/98**. Tradução de Cristina Reindolff da Motta. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2013.

ENGELMANN, Wilson. Nanotecnologia e direitos humanos. **Cadernos de Derecho Actual**, Santiago de Compostela, n. 9, p. 441-487, 2018. Disponível em: <http://www.cadernosdedereitoactual.es/ojs/index.php/cadernos/article/view/325/201>. Acesso em: 14 jun. 2023.

ENGELMANN, Wilson; BARCAROLLO, Felipe. As nanotecnologias observadas a partir da teoria sistêmica: aproximando a complexidade e a transdisciplinaridade. *In*: LISBOA, Roberto Senise (coord.). **O Direito na sociedade da informação IV: movimentos sociais, tecnologia e a atuação do Estado**. São Paulo: Almedina, 2020. p. 105-132.

FENWICK, Mark D.; KAAL, Wulf A.; VERMEULEN, Erik P. M. Regulation tomorrow: what happens when technology is faster than the Law? **American University Business Law Review**, [s. l.], v. 6, n. 3, p. 561-594, 2017. Disponível em: <http://digitalcommons.wcl.american.edu/aublrvol6/iss3/1>. Acesso em: 14 jun. 2023.

FRÖLICH, Afonso Vinício Kirschner. **Fundamentação das decisões judiciais e inteligência artificial: uma ressignificação ao Direito Processual atual e futuro**. Londrina: Thoth, 2023. V. 8.

MORO, Paolo (a cura di). **Etica, diritto e tecnologia: percorsi dell'informatica giuridica contemporanea**. Milano: FrancoAngeli, 2021.

SCHWAB, Klaus. **A quarta revolução industrial**. Tradução Daniel Moreira Miranda. São Paulo: EDIPRO, 2016.

SCHWAB, Klaus. **Aplicando a quarta revolução industrial**. Tradução Daniel Moreira Miranda. São Paulo: EDIPRO, 2018.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: **Processo Previdenciário na Prática Empresarial**

Ano/Semestre: 2023/2

Carga horária total: 30h/a

Créditos: 2 Créditos

Área temática: Direito

Código da disciplina: 121807

Professor: Prof. Dr. Cristiano Colombo

EMENTA

Princípios do Processo Previdenciário. Início do Processo Previdenciário. Fase Instrutória do Processo Previdenciário. Fase Decisória do Processo Previdenciário. Recursos Administrativos. Recurso Ordinário. Recurso Especial. Embargo de Declaração e Erro Material. Reclamação ao Conselho Pleno. Uniformização de Jurisprudência.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Juizado Especial Federal. Prática Processual. Justiça Federal. Prática Processual. Instâncias Superiores. Prática Processual. Mandado de Segurança e Benefícios Previdenciários. A Sentença Trabalhista e sua Repercussão no Direito Previdenciário. Decisões Previdenciárias Comentadas da TNU, do STJ e do STF. Prática Processual. Dano Moral Previdenciário. Teses no Direito Previdenciário.

OBJETIVOS

- a) Compreender a sistemática processual previdenciária no contexto das demandas contemporâneas;
- b) Estudar todas as fases do processo previdenciário e suas implicações no cotidiano empresarial;
- c) Refletir sobre os efeitos da sentença trabalhista no processo previdenciário.

METODOLOGIA

Serão utilizadas variadas metodologias para o desenvolvimento das atividades planejadas, especialmente preparação e apresentação de seminários e de relatórios de leitura, pesquisa em sala de aula, estudos de casos, construção de mapas conceituais, *design thinking*, *frameworks*, árvores de decisão e outros modelos.

AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada a partir de competências, posicionadas a partir de conhecimentos, habilidades e atitudes, incluindo a apresentação de seminários e outras atividades desenvolvidas em sala de aula e fora dela (alicerçadas no exercício de estruturação de tema, delimitação do tema, problema, hipótese e objetivos), participação qualificada nas aulas, assiduidade elaboração de artigo científico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AGOSTINHO, Theodoro Vicente; ALCÂNTARA, Marcelino Alves de; NOVAIS, Marco Dulgherof. *Advocacia empresarial previdenciária: análise teórica e prática sobre a (não) incidência de contribuição previdenciária*. São Paulo: LTr, 2018.

BALERA, Wagner. *A seguridade social na Constituição de 1988*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1989.

BARBOSA, Gustavo Garcia. *Direito do trabalho, seguridade social e processo civil: a evolução diante das mudanças no sistema jurídico*. São Paulo: Saraiva, 2016.

BRAGANÇA, Kerlly Huback. *Manual de direito previdenciário*. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2012. *E-book*.

BULOS, Uadi Lammêgo. *Curso de direito constitucional*. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

CÂMARA, Alexandre Freitas. *O novo código de processo civil brasileiro*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2017. *E-book*. Disponível em: https://www.academia.edu/35469000/Alexandre_Freitas_C%C3%A2mara_O_Novo_Processo_Civil_Brasileiro_2017_Pdf_1_. Acesso em: 11 abr. 2024

CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista. *Manual de direito previdenciário*. 19. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2016. *E-book*.

CHAMON, Omar. *Introdução ao direito previdenciário*. 1. ed. Barueri: Manole, 2005.

KERTZMAN, Ivan; SANTANA, Alzemir; DANTAS, Raimundo. *Prática empresarial previdenciária*. Salvador: JusPodivn, 2020.

PAULSEN, Leandro; VELOSO, Andrei Pitten. **Contribuições no Sistema Tributário Nacional**. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

ROCHA, Daniel Machado *et al.* **Comentários à Reforma da Previdência**. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALENCAR, Hermes Arrais. **Reforma da previdência: EC 103/2019**. Indaiatuba: Editora Foco, 2020.

BALERA, Wagner; AGOSTINHO, Theodoro Vicente. A total antijuridicidade das novas ações regressivas do INSS. **Revista de Direito Previdenciário**, [s. l.], n. 1, p. 177, nov. 2013.

BALERA, Wagner. **Sistema de Seguridade Social**. São Paulo: Ltr, 2016.

BALERA, Wagner; FERNANDES, Thiago D'Avila Fernandes. **Fundamentos da seguridade social**. São Paulo: Ltr, 2015.

CASTILHO, Paulo César Baria de. Decadência e prescrição da contribuição previdenciária a ser executada pela Justiça do Trabalho. **Doutrinas Essenciais de Direito do Trabalho e da Seguridade Social**, [s. l.], v. 1, p. 1381-1397, jul. 2014.

CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; *et al*; Prática Processual Previdenciária. **Administrativa e Judicial**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2019.

LÓPEZ, Victor Fernando Manrique. Las profesiones liberales y la Seguridad Social. **Estudio de Deusto**, Bilbao, v. 60, n. 1, p. 81-106, enero/jun. 2012.

MANSOLDO, Mary Cristina Neves. Crimes tributários sob a ótica da criminologia crítica: extinção de punibilidade pelo pagamento do tributo e a teoria do etiquetamento. **Quaestio Iuris**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 839- 879, 2018. DOI: 10.12957/rqi.2018.29893.

MARTINEZ, Luciano. Aspectos controvertidos da ação regressiva. **Revista de Direito Previdenciário**, [s. l.], v. 1, p. 225, nov. 2013.

MELO, José Eduardo Soares de. **Contribuições sociais no sistema tributário**. São Paulo: Melhoramentos, 2018.

NÓBREGA, Candida Dettenborn; BORGES, Nayara Gallieta. O caráter simbólico do crime de sonegação de contribuição previdenciária. **Revista de Direito Penal, Processo Penal e Constituição**, Curitiba, v. 2, n. 2, p. 621-642, jul/dez. 2016.

PAULSEN, Leandro; VELOSO, Andrei Pitten. **Contribuições no Sistema Tributário Nacional**. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

ROCHA, Daniel Machado *et al.* **Comentários à Reforma da Previdência**. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

RODRIGUES, Raphael Silva; MARTINS, Thiago Penido. Aferição indireta previdenciária: um procedimento fiscal excepcional. **Revista Brasileira de Direito Previdenciário**, [s. l.], n. 48, p. 20-41, dez./jan. 2019.

SAVARIS, José Antonio. **Direito Processual Previdenciário**. Curitiba: Alteridade, 2019.

SAVARIS, José Antonio; ROCHA, Daniel Machado. **Fundamentos de interpretação e aplicação**. Curitiba: Alteridade, 2019.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: **Temas de Direito Societário**

Ano/Semestre: 2023/2

Carga horária total: 30h/a

Créditos: 2 Créditos

Área temática: Direito

Código da disciplina: 121799

Professor: Prof. Dr. Fabiano Koff Coulon

EMENTA

Analisa a origem dos seus institutos típicos do direito societário e sua conformação no atual direito de empresa, a partir do entendimento do fenômeno empresarial em suas mais variadas dimensões, em especial jurídica, econômica e seus impactos sociais. Trabalha com as variedades dos tipos societários relacionando-os com as especificidades dos interesses empresariais, atentando para as soluções normativas nacionais e também internacionais, em perspectiva de direito comparado, sem perder de vista as funcionalidades do direito de empresa em um contexto de internacionalização cada vez mais relevante e de impacto exponencial de novas tecnologias.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Direito Empresarial: noções gerais, histórico e fontes;
- Teoria da empresa e do estabelecimento empresarial;
- O empresário individual. As sociedades empresárias e simples;
- Sociedades limitadas, sociedades anônimas e outras formas legais;
- Transformação, incorporação, fusão e cisão;
- Dissolução, liquidação e extinção das sociedades.
- Sociedades controladoras e controladas.
- Poder de controle. Alienação e transferência de controle societário. Acionistas controladores. Bloco de controle.
- Acionistas minoritários e sua tutela jurídica.

- A Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Bolsa de Valores, BACEN, e demais órgãos e entidades relevantes.
- Responsabilidade dos administradores, controladores, sócios, acionistas e terceiros.
- Direito societário e processo.
- Atos societários e outros instrumentos.

DATA	HORÁRIO	TEMA	ORIENTAÇÃO
16/09	9h-12h	Apresentação da disciplina e da metodologia. Divisão dos seminários.	Aula expositiva e dialogada com Prof. Fabiano Coulon.
23/09	9h-12h	O “G” da ESG	Aula expositiva dialogada com Professor/a convidado/a.
07/10	9h-12h	Tendências atuais da ESG	Aula expositiva dialogada com Professor/a convidado/a.
21/10	9h-12h	Seminário: qual a responsabilidade social das empresas? Revisitando Milton Friedman.	Aula a ser conduzida pelos/as mestrando/as, individualmente ou em grupos. Observar textos-base anexados ao Moodle pelo Professor.
28/10	9h-12h	Seminário: o surgimento e o significado da ESG.	Aula a ser conduzida pelos/as mestrando/as, individualmente ou em grupos. Observar textos-base anexados ao Moodle pelo Professor.
04/11	9h-12h	Seminário: críticas à ESG.	Aula a ser conduzida pelos/as mestrando/as, individualmente ou em grupos. Observar textos-base anexados ao Moodle pelo Professor.
11/11	9h-12h	Seminário: ESG e Diversidade.	Aula a ser conduzida pelos/as mestrando/as, individualmente ou em grupos. Observar textos-base anexados ao Moodle pelo Professor.
11/11	9h-12h	Seminário: ESG e fornecedores.	Aula a ser conduzida pelos/as mestrando/as, individualmente ou em grupos. Observar textos-base anexados ao Moodle pelo Professor.

25/11	9h-12h	Encerramento da disciplina.	Finalização da exploração da temática com atividade a ser desenvolvida pela turma.
-------	--------	-----------------------------	--

AVALIAÇÃO

No desenvolvimento da atividade acadêmica, poderão ser utilizadas as seguintes metodologias: aulas dialogadas e expositivas; seminários; estudo e discussão de casos; provas orais e/ou escritas; leitura, fichamento e análise de textos; produção textual; trabalhos coletivos e individuais; exibição e discussão de obras artístico-culturais.

As notas conferidas na atividade observarão a seguinte composição: 1. participação qualificada nos encontros, o que requer frequência, engajamento efetivo nas discussões e apresentação oral de leituras prévias efetivadas sobre os temas dos seminários (10% da nota final); 2. participação efetiva na apresentação do respectivo seminário temático (40% da nota final); 3. entrega pontual e qualidade do artigo final (50% da nota final).

Orientações gerais para os seminários:

- O tempo de apresentação deverá ficar em torno de 50min a 60 min;
- É facultada a utilização de materiais audiovisuais, desde que não retirem do mestrando o protagonismo da apresentação;
- Os artigos disponibilizados pelo professor como material básico para inserção na temática devem ser endereçados, porém a pesquisa para a realização do seminário deve ir além dessas referências básicas iniciais;
- Todos os integrantes do grupo devem falar (se realizado em grupo) e deve-se organizar os tempos de fala de modo a que não ocorra desequilíbrio entre estes;
- Organizar o seminário como se fosse uma aula, com apresentação de um plano (sumário) e das referências bibliográficas desde o início da apresentação;
- A participação qualificada dos mestrandos não responsáveis pela exposição do tema somente contará, para fins de agregar ponto à nota final, se for baseada em leitura prévia de fonte dotada de autoridade (evitar considerações gerais, senso comum e conteúdo exclusivamente de sites de notícias, ainda que especializados em temas jurídicos).

Orientações gerais para os artigos:

- Devem conter um mínimo de dez e um máximo de vinte páginas de texto (não devem ser computados nesse número máximo e mínimo as páginas contendo elementos pré ou pós-textuais);
- Devem seguir o modelo constante do site da Biblioteca da Unisinos para trabalhos de disciplinas do mestrado e doutorado do Curso de Direito e o manual das normas da ABNT compiladas constantes do mesmo site;
- Devem versar sobre quaisquer temáticas abordadas durante o desenvolvimento da disciplina ou a estas relacionadas;
- Devem ser entregues em arquivo no formato word ou pdf, em campo específico a ser criado pelo Professor na comunidade da disciplina no Moodle, impreterivelmente até a data final designada.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ASCARELLI, Túlio. **Problemas das sociedades anônimas**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1969.

BORBA, José Edwaldo Tavares. **Direito societário**. 11. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

CARVALHOSA, Modesto de. **Comentários à lei de sociedades anônimas**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

COMPARATO, Fábio Konder; SALOMÃO FILHO, Calixto. **O poder de controle na sociedade anônima**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

MARTINS, Fran. **Curso de Direito Comercial: empresa comercial, empresários individuais, microempresas, sociedades comerciais, fundo de comércio**. 32. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

PEDREIRA, José Luiz Bulhões; LAMY FILHO, Alfredo (coord.). **Direito das companhias**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2009. 2v.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ADAMEK, Marcelo Vieira von. **Responsabilidade civil dos administradores de S/A (e as ações correlatas)**. São Paulo: Saraiva, 2009.

BARBI FILHO, Celso. **Acordo de acionistas**. São Paulo: Saraiva, 1993.

BERLE, Adolf A.; MEANS, Gardiner C. **The modern corporation and private property**. 9. ed. New Brunswick: Transaction Publishers, 2007.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de direito comercial: direito de empresa**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

EASTERBROOK, Frank H.; FISCHER, Daniel R. **The economic structure of corporate law**. Massachusetts: Harvard University Press, 1996.

FRANÇA, Erasmo Valladão de Azevedo e Novaes; ADAMEK, Marcelo Vieira Von. *Affectio Societatis: um conceito jurídico superado no moderno direito societário pelo conceito de fim social*. In França, Erasmo Valladão A. e N. França. (Org.). **Direito societário contemporâneo I**. São Paulo: Editora Quartier Latin do Brasil, 2009. p. 131-161.

FRANÇA, Erasmo Valladão de Azevedo e Novaes. **Conflito de interesses nas assembléias de S.A.** São Paulo: Editora Malheiros, 1993.

FRANÇA, Erasmo Valladão de Azevedo e Novaes. **Invalidade das deliberações de assembléia das S.A.** São Paulo: Editora Malheiros. 1999.

HOPT, Klaus J. Deveres legais e conduta ética de membros do conselho de administração e de profissionais. Tradução de Erasmo Valladão A. e N. França e Mauro Moisés Kertzer. **Revista de Direito Mercantil, Industrial, Econômico e Financeiro**. São Paulo, n. 144, p. 107-119, out./dez. 2006.

LIMA, Osmar Brina Corrêa. **A reforma da Lei das Sociedades Anônimas**. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

KRAAKMAN, Reinier *et al.* **The anatomy of corporate law: a comparative and functional approach**. Oxford: Oxford University Press, 2004.

MUNHOZ, Eduardo Secchi. **Empresa contemporânea e Direito Societário: poder de controle e grupos de sociedade**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002.

PEDREIRA, José Luiz Bulhões; LAMY FILHO, Alfredo. **A lei das S.A.** 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Renovar. 1997. 2v.

PENTEADO, Mauro Rodrigues. **Aumento de capital nas sociedades anônimas**. São Paulo. Editora Saraiva, 1998.

TEIXEIRA, Egberto Laceda; GUERREIRO, José Alexandre Tavares. **Das sociedades anônimas no Direito Brasileiro**. 1. ed. São Paulo: Editora Bushatsky, 1979. 2v.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: **Tópicos Especiais II - Consultoria em Gestão**

Ano/Semestre: 2023/2

Carga horária total: 30h/a

Créditos: 2 Créditos

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112169_T08

Professor: Prof. Dr. Silvio Bitencourt da Silva

EMENTA

Fornecer uma estrutura para a compreensão da consultoria em gestão e posterior aplicação das teorias e princípios do curso para fornecer serviços de consultoria aos setor público, setor privado e consultoria interna em áreas como a gestão geral e estratégica, tecnologia da informação, gestão financeira, marketing e distribuição, e-business, gestão de operações, gestão de recursos humanos, gestão do conhecimento, produtividade e gestão de desempenho, gestão da qualidade total, transformação da empresa, sustentabilidade, design estratégico, tecnologia, inovação, legal e transformação digital.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Data	Assuntos	Tópicos
Aula01 15/09/2023 09h-12h	Origens e desenvolvimento da consultoria em gestão como carreira e como objeto de pesquisa	Cerruti, C., Tavoletti, E., & Grieco, C. (2019). Management consulting: a review of fifty years of scholarly research. <i>Management Research Review</i> , 42(8), 902-925. Crişan, E. L., & Marincean, A. (2023). The digital transformation of management consulting companies: a review. <i>Information Systems and e-Business Management</i> , 1-22.

		Engwall, L., & Kipping, M. (2013). Management consulting: dynamics, debates, and directions. <i>International journal of strategic communication</i> , 7(2), 84-98.
Aula02 29/09/2023 09h-12h	Processo de consultoria em gestão	Bronnenmayer, M., Wirtz, B. W., & Göttel, V. (2016). Success factors of management consulting. <i>Review of Managerial Science</i> , 10(1), 1-34. Collins, D. (2016). Constituting best practice in management consulting. <i>Culture and Organization</i> , 22(5), 409-429. Mosonyi, S., Empson, L., & Gond, J. P. (2020). Management consulting: Towards an integrative framework of knowledge, identity, and power. <i>International Journal of Management Reviews</i> , 22(2), 120-149.
Aula03 20/10/2023 09h-12h	Consultoria em gestão como um negócio baseado em conhecimento	Bouwmeester, O., Heusinkveld, S., & Tjemkes, B. (2022). Intermediaries in the relevance-gap debate: A systematic review of consulting roles. <i>International Journal of Management Reviews</i> , 24(1), 51-77. Tavoletti, E., Kazemargi, N., Cerruti, C., Grieco, C., & Appolloni, A. (2022). Business model innovation and digital transformation in global management consulting firms. <i>European Journal of Innovation Management</i> , 25(6), 612-636. Werr, A., & Stjernberg, T. (2003). Exploring management consulting firms as knowledge systems. <i>Organization studies</i> , 24(6), 881-908.

<p>Aula04 10/11/2023 09h-12h</p>	<p>A perspectiva do cliente de consultoria em gestão</p>	<p>Galwa, J., & Vogel, R. (2023). In search of legitimacy: conflicting logics and identities of management consultants in public administration. <i>Public Management Review</i>, 25(2), 404-428.</p> <p>Kesner, I. F., & Fowler, S. (1997). When consultants and clients clash. <i>Harvard Business Review</i>, 75(6), 22-34.</p> <p>Shapiro, E. C., Eccles, R. G., & Soske, T. L. (1993). Consulting: has the solution become part of the problem?. <i>MIT Sloan Management Review</i>, 34(4), 89.</p>
<p>Aula05 24/11/2023 09h-12h</p>	<p>Serviços de consultoria em gestão</p>	<p>Bouwmeester, O., & Stiekema, J. (2015). The paradoxical image of consultant expertise: A rhetorical deconstruction. <i>Management Decision</i>, 53(10), 2433-2456.</p> <p>Buono, A. F. (2023). A Humble Giant: Reframing the Management Consulting Challenge. <i>The Journal of Applied Behavioral Science</i>, 59(2), 197-201.</p> <p>Kirkpatrick, I., Muzio, D., & Ackroyd, S. (2012). Professions and professionalism in management consulting. In <i>The Oxford handbook of management consulting</i> (pp. 187-206). Oxford: Oxford University Press.</p> <p>ISO (2017), “Guidelines for management consultancy services 20700:2017”, Disponível em: www.iso.org/obp/ui/#iso:std:iso:20700:ed-1:v1:en</p> <p>Acesso em: 01/05/2019.</p>

AVALIAÇÃO

Participação em Aula 40%

Discussão dos Textos 30%

Desenvolvimento de Estudos de Caso 30%

Instruções para leitura, apresentação e discussão dos textos: A cada aula haverá textos relacionadas ao tema. A leitura desses textos e referências é obrigatória para todos os alunos, que serão convidados, no decorrer da aula, para apresentar uma apreciação crítica oral, articulando os diversos pontos de vista dos textos e referências indicadas.

Desenvolvimento de Casos para Estudo: Serão designados grupos para desenvolver casos para estudo sobre consultoria em gestão em diferentes áreas de atuação. Os casos para estudo serão definidos no último dia de aula. Os casos para estudo deverão estimular o questionamento, o esclarecimento de dúvidas e o debate de ideias sobre serviços de consultoria em gestão.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ABOUZEEDAN, A.; KLOFSTEN, M.; HEDNER, T. Internetization management as a facilitator for managing innovation in high-technology smaller firms. **Global Business Review**, [s. l.], v. 14, n. 1, p. 121-136, 2013.

ABRAHAMSON, E. Management fashion. **Academy of Management Review**, [s. l.], v. 21, n. 1, p. 254-285, 1996.

ADAMS, S. M.; FLYNN, P. M. Actionable knowledge: consulting to promote women on boards. **Journal of Organizational Change Management**, [s. l.], v. 18, n. 5, p. 435-450, 2005.

ARMBRÜSTER, T. **The economics and sociology of management consulting**. Cambridge, Uk: Cambridge University Press, 2006.

BLOCK, P. **Flawless consulting: a guide to getting your expertise used**. [S. l.]: John Wiley & Sons, 2011.

BRUHN, M.; KARLAN, D.; SCHOAR, A. The impact of consulting services on small and medium enterprises: evidence from a randomized trial in Mexico. **Journal of Political Economy**, [s. l.], v. 126, n. 2, p. 635-687, 2018.

CANATO, A.; GIANGRECO, A. Gurus or wizards? A review of the role of management consultants. **European Management Review**, [s. l.], v. 8, n. 4, p. 231-244, 2011.

CESÁRIO, M.; *et al.* Sources of innovation: the case of Portuguese consultancy sector. **Journal of Technology Management & Innovation**, [s. l.], v. 10, n. 3, p. 44-52, 2015.

CLARK, J. M.; *et al.* Study culture clusters: can they be found in importance ratings of managerial competencies? **European Journal of Training and Development**, [s. l.], v. 40, n. 7, p. 534-553, 2016.

FINCHAM, R. The client in the client-consultant relationship. *In*: KIPPING, M.; CLARK, T. (ed.). **The Oxford handbook of management consulting**. Oxford: Oxford University Press, 2012. p. 411-426.

FRENKEL, M.; SHENHAV, Y. Management consulting in developing and emerging economies: Towards a postcolonial perspective. *In*: KIPPING, M.; CLARK, T. (ed.). **The Oxford handbook of management consulting**. Oxford: Oxford University Press, 2012. p. 509-527.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GABLE, J. Eight tips for working with a consultant: top consultants offer suggestions for identifying, hiring, and working with consultants to produce a successful experience and end result for all involved. **Information Management Journal**, [s. l.], v. 41, n. 4, p. 42-48, 2007.

HAAS, M. R.; HANSEN, M. T. When using knowledge can hurt performance: The value of organizational capabilities in a management consulting company. **Strategic Management Journal**, [s. l.], v. 26, n. 1, p. 1-24, 2005.

HARRIS, D.; SORENSEN, P.; YAEGER, T. F. Management Consulting through the work of Dick Beckhard: Improving Client's Lives. **Academy of Management Proceedings**, Briarcliff Manor, v. 2018, n. 1, July 2018.

KIPPING, M.; CLARK, T. Researching management consulting: an introduction to the handbook. *In*: KIPPING, M.; CLARK, T. (ed.). **The Oxford handbook of management consulting**. Oxford: Oxford University Press, 2012. p. 1-27.

KIPPING, M.; CLARK, T. (ed.). **The Oxford handbook of management consulting**. Oxford: Oxford University Press, 2012.

KIPPING, M.; KIRKPATRICK, I. Alternative pathways of change in professional services firms: The case of management consulting. **Journal of Management Studies**, [s. l.], v. 50, n. 5, p. 777-807, 2013.

KUBR, M. (ed.). **Management consulting: a guide to the profession**. [S. l.]: International Labour Organization, 2002.

MARKHAM, C. Developing consulting skills. **Consulting to Management**, [s. l.], v. 16, n. 4, 33, 2005.

MASSEY, C. Understanding the impact of a consultant's worldview: the use of metaphor in a diagnostic exercise. **Journal of European Industrial Training**, [s. l.], v. 27, n. 6, p. 304-312, 2003.

POWELL, T. H.; AMBROSINI, V. Espoused versus realized knowledge management tool usage in knowledge intensive organizations. **The International Journal of Human Resource Management**, [s. l.], v. 28, n. 2, p. 356-378, 2017.

STURDY, A.; WRIGHT, C.; WYLIE, N. Managers as consultants: the hybridity and tensions of neo-bureaucratic management. **Organization**, [s. l.], v. 23, n. 2, p. 184-205, 2016.

TAMINIAU, Y.; SMIT, W.; DE LANGE, A. Innovation in management consulting firms through informal knowledge sharing. **Journal of Knowledge Management**, [s. l.], v. 13, n. 1, p. 42-55, 2009.

WERR, A. Knowledge management and management consulting. *In*: KIPPING, M.; CLARK, T. **The Oxford handbook of management consulting**. Oxford: Oxford University Press, 2012. p. 247-266.

WRIGHT, C.; STURDY, A.; WYLIE, N. Management innovation through standardization: consultants as standardizers of organizational practice. **Research Policy**, [s. l.], v. 41, n. 3, p. 652-662, 2012.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: **Tópicos Especiais I - Direito da Inteligência Artificial**

Ano/Semestre: 2023/2

Carga horária total: 15h/a

Créditos: 1 Crédito

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112169_T19

Professor: Prof. Dr. Cristiano Colombo; Prof. Dr. Fabiano Koff Coulon; Prof. Dr. Wilson Engelmann

EMENTA

Inteligência Artificial. Riscos. Princípios de Inteligência Artificial. Fontes Nacionais Internacionais. Aspectos de regulação.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Inteligência Artificial. Conceito. Classificação. Riscos: vigilância, decisões enviesadas, impacto no emprego, cibersegurança, atividades de alto risco. Princípios de Inteligência Artificial. Diálogo das Fontes Nacionais e Internacionais. Regulação. Inteligência Artificial: Saúde, Justiça, Mercado.

OBJETIVOS

- a) Compreender o que é Inteligência Artificial e Espécies.
- b) Estudar os Riscos decorrentes da Inteligência Artificial.
- c) Refletir sobre os Princípios de Inteligência Artificial e sua aplicação no setor público e privado.

METODOLOGIA

Serão utilizadas variadas metodologias para o desenvolvimento das atividades planejadas, especialmente preparação e apresentação de seminários e de relatórios de leitura, pesquisa em

sala de aula, estudos de casos, construção de mapas conceituais, *design thinking*, *frameworks*, árvores de decisão e outros modelos.

AVALIAÇÃO

A avaliação será realizada a partir de competências, posicionadas a partir de conhecimentos, habilidades e atitudes, incluindo a apresentação de seminários e outras atividades desenvolvidas em sala de aula e fora dela (alicerçadas no exercício de estruturação de tema, delimitação do tema, problema, hipótese e objetivos), participação qualificada nas aulas, assiduidade elaboração de artigo científico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ASIMOV, Isaac. **Eu robô**. Tradução de Aline Sotora Pereira. São Paulo: Editora Aleph, 2017.

COLOMBO, Cristiano; GOULART, Guilherme Damasio. Direito póstumo à portabilidade de dados pessoais no ciberespaço à luz do direito brasileiro. *In*: POLIDO, Fabrício; ANJOS, Lucas; BRANDÃO, Luíza. **Políticas, internet e sociedade**. Belo Horizonte: IRIS, 2019. p. 55-67.

DONEDA, Danilo. **Da privacidade à proteção de dados pessoais**: fundamentos da Lei Geral de Proteção de Dados. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2019.

FACCHINI NETO, Eugênio; COLOMBO, Cristiano. Decisões automatizadas em matéria de perfis e riscos algorítmicos: diálogos entre Brasil e Europa acerca das vítimas do dano estético digital. *In*: MARTINS, Guilherme Magalhães; ROSENVALD, Nelson. (org.). **Responsabilidade civil e novas tecnologias**. Indaiatuba: Foco, 2020. v. 1, p. x-x.

MAGLIO, Marco *et al.* **Manuale di diritto alla protezione dei dati personali**. Santarcangelo di Romagna: Maggioli, 2019.

MENDES, Laura Schertel. **Privacidade e proteção de dados e defesa do consumidor**: linhas gerais de um novo direito fundamental. São Paulo: Saraiva, 2014.

UNIÃO EUROPEIA. Parlamento Europeu. **Textos aprovados**: P8_TA(2017)0051: disposições de direito civil sobre robótica. Resolução do Parlamento Europeu, de 16 de fevereiro de 2017, que contém recomendações à Comissão sobre disposições de Direito Civil sobre Robótica (2015/2103(INL)). Bruxelas: Parlamento Europeu, 2017. Documento em PDF (não paginado). Disponível em: https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/TA-8-2017-0051_PT.pdf. Acesso em: 28 jun. 2023.

PASQUALE, Frank. **News law of robotics**: defending human expertise in the age of AI. London: Harvard University Press, 2020.

RODOTÀ, Stefano. **El derecho a tener derechos**. Trad. José Manuel Revuelta López. Madrid: Trotta, 2014.

UNIÃO EUROPEIA. Comissão Europeia. Grupo de Trabalho do Artigo 29.º para a Proteção dos Dados. **Parecer 8/2014 sobre os recentes desenvolvimentos na internet das coisas**. Bruxelas: Comissão Europeia, [2014]. Adotado em 16 set 2014. Disponível em: https://ec.europa.eu/justice/article-29/documentation/opinion-recommendation/files/2014/wp223_pt.pdf. Acesso em: 28 jun. 2023.

UNIÃO EUROPEIA. Parlamento Europeu. **Textos aprovados: P9_TA(2020)0275**. Regime relativo aos aspetos éticos da inteligência artificial, da robótica e das tecnologias conexas. Resolução do Parlamento Europeu, de 20 de outubro de 2020, que contém recomendações à Comissão sobre o regime relativo aos aspetos éticos da inteligência artificial, da robótica e das tecnologias conexas (2020/2012(INL)). Bruxelas: Parlamento Europeu, 2020. Disponível em: https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/TA-9-2020-0275_PT.pdf. Acesso em: 28 jun. 2023.

UNIÃO EUROPEIA. Parlamento Europeu. **Textos aprovados: P9_TA(2023)0236**: regulamento inteligência artificial. Alterações aprovadas pelo Parlamento Europeu, em 14 de junho de 2023, sobre a proposta de regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que estabelece regras harmonizadas em matéria de inteligência artificial (Regulamento Inteligência Artificial) e altera determinados atos legislativos da união (COM(2021)0206 – C9-0146/2021 –2021/0106(COD)). Bruxelas: Parlamento Europeu, 2023. Disponível em: https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/TA-9-2023-0236_PT.pdf. Acesso em: 25 jun. 2023.

RUSSEL, Stuart; NORVIG, Peter. **Artificial intelligence: a modern approach**. [S. l.]: Pearson Education Limited: Harlow, 2022.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei 2338/2023**. Dispõe sobre o uso da Inteligência Artificial. Autoria: Senador Rodrigo Pacheco. Brasília, DF: Senado Federal, 2023. Disponível em: https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=9347622&ts=1684441712955&disposition=inline&_gl=1*u7dxhm*_ga*OTU2MDIxODAyLjE2NzQxNTgwMTI.*_ga_CW3ZH25XMK*MTY4NzcxNzAzMS45LjAuMTY4NzcxNzAzMS4wLjAuMA. Acesso em: 25 jun. 2023.

COLOMBO, Cristiano; FACCHINI NETO, Eugênio. Corpo Eletrônico como Vítima de Ofensas em Matéria de Tratamento de Dados Pessoais e a Viabilidade da Aplicação da Noção de Dano Estético ao Mundo Digital. *In*: COLOMBO, Cristiano; ENGELMANN, Wilson; FALEIROS, José Luiz de Moura. (org.). **Tutela jurídica do corpo eletrônico: novos desafios ao direito digital**. 1. ed. Indaiatuba: Editora Foco, 2022. v. 1, p. 403-424.

COLOMBO, Cristiano; GOULART, Guilherme Damásio. Inteligência artificial em softwares que emulam perfis dos falecidos e dados pessoais de mortos. *In*: SARLET, Gabrielle Bezerra

Sales; TRINDADE, Manoel Gustavo Neubarth; MELGARÉ, Plínio (org.). **Proteção de dados:** temas controvertidos. Indaiatuba: Foco, 2021. v. 1.

ESPOSTI, Mirko Degli. Prefácio. *In*: RUFFOLO, Ugo (org.). **XXVI lezioni di diritto dell'intelligenza artificiale**. Turim: Giappichelli, 2021.

FLORIDI, Luciano. **Etica dell'intelligenza artificiale**. Milão: Raffaello Cortina, 2022.

MAGLIO, Marco *et al.* **Manuale di diritto alla protezione dei dati personali**. Santarcangelo di Romagna: Maggioli, 2019.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **O conteúdo jurídico do princípio da igualdade**. São Paulo: Malheiros, 2011.

RUFFOLO, Ugo. **Intelligenza artificiale e diritto**. Roma: Sapienza Università di Roma, [2023?]. 1 vídeo (31 min 15 s). Disponível em: <https://www.giurisprudenza.uniroma1.it/archivionotizie/lezioni-dautore?fbclid=IwAR3GvsXWHSvJM4Df4apluHJk7cu5yocg4cRKsnZ1igvo1JxtbN5x7NW4B84>. Acesso em: 18 jun. 2023.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: **Tópicos Especiais II: Direito e Startups**

Ano/Semestre: 2023/2

Carga horária total: 30h/a

Créditos: 2 Créditos

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112170_T03

Professor: Prof. Dr. Éderson Garin Porto

EMENTA

A compreensão da Inovação como fator de crescimento econômico e o papel desempenhado pelas startups neste cenário, bem como compreender como o direito pode desempenhar um papel importante nesta nova economia. Os instrumentos societários utilizados por empreendedores que decidem por criar startups, quer seja através de uma sociedade formalmente constituída ou por uma sociedade em comum. Aspectos fiscais de novos negócios e suas inovações. Etapas do financiamento de startups e os tipos de financiamento que os empreendedores podem encontrar. Discutir outros pontos relevantes em que o direito se relaciona com as startups.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Aula 01: Abertura da disciplina. Inovação e Startups.

Texto inicial: RIES, Eric. A Startup Enxuta. São Paulo: Leya, 2011.

Aula 02: Arranjos Societários em Startups. Acordos pré-operacionais. Contrato Social e Acordo de Sócios.

Texto inicial: Nybo, Erik Fontenele. Memorando de Entendimentos para Pré-Constituição de Startups. In: Júdice, Lucas Pimenta; Nybo, Erik Fontenele. Direito das Startups. Curitiba: Juruá, 2016.

FRANÇA, Erasmo Valladão Azevedo e Novaes. A Sociedade em Comum. São Paulo: Malheiros, 2013.

FRANÇA, Erasmo Valladão Azevedo e Novaes. ADAMEK, Marcelo Vieira von . *Affectio societatis*: um conceito jurídico superado no moderno direito societário pelo conceito de fim social. *Revista de Direito Mercantil Industrial, Econômico e Financeiro*, v. 149-150, p. 108-130, 2008.

Aula 03: Governança Corporativa em Startups;

Remuneração e Bonificação de Gestores – Stock Options e Vesting;

Texto inicial: SILVA, Layon Lopes. *Governança Corporativa para Startups*. In: JÚDICE, Lucas Pimenta; NYBO, Erik Fontenele. *Direito das Startups*. Curitiba: Juruá, 2016. ADAMEK, Marcelo von. *Abuso de minoria em direito societário*. São Paulo: Malheiros Editores, 2014.

ATASANOV, V.; BLACK, B.; CICCOTELLO, C. Law and tunneling. *Journal of Corporation Law*, v. 37, 2011.

CAMARGOS, M. A.; BARBOSA, F. V. A adoção de práticas diferenciadas de Governança Corporativa beneficia o acionista e aumenta a liquidez acionária? *Evidências empíricas do mercado brasileiro*. *Revista de Gestão*, v. 17, n. 2, art. 5, p. 189-208, 2010.

LARRATE, Marco. *Governança Corporativa e Remuneração dos Gestores*. 1.ed. Atlas. São Paulo, SP, 2013.

Aula 04: Investimentos em Startup

Texto Inicial: FELD, Brad e MENDELSON, Jason. *Venture Deals: Be Smarter Than Your Lawyer and Venture Capitalist*. 3 ed. Nova Jersey: Willey, 2016.

COELHO, Giulliano Tozzi; GARRIDO, Luiz Gustavo. Dissecando o Contrato com Investidor-Anjo. In: JÚDICE, Lucas Pimenta; NYBO, Erik Fontenele. *Direito das Startups*. Curitiba: Juruá, 2016. p. 115-130.

SCALZILLI, João Pedro; SPINELLI, Luis Felipe; TELLECHEA, Rodrigo. *Sociedade em Conta de Participação: aplicações práticas e diferentes formatações*. IN: BOTREL, Sérgio; BARBOSA, Henrique. *Finanças Coporativas: aspectos jurídicos e estratégicos*. São Paulo: Atlas, 2016. p 617-637.

SILVA, Layon Lopes. Debêntures. O que são, sua regulamentação e utilização por Sociedades Limitadas. In: JÚDICE, Lucas Pimenta; NYBO, Erik Fontenele. *Direito das Startups*. Curitiba: Juruá, 2016.

Aula 05: Aspectos Tributários em Startups

Texto inicial: PRADO, Roberta Nioac; PEIXOTO, Daniel Monteiro e DE SANTI, Eurico Marcos Diniz. Direito societário: estratégias societárias, planejamento tributário e sucessório. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

Aula 06: Influência da Tecnologia nos Contratos envolvendo Startups

Acordo de Confidencialidade Termos de Uso; Política de Privacidade e Marco Civil da Internet; Contratos Eletrônicos.

Texto inicial: BACELO, Ana Paula Terra. Arquitetura de Software: conceitos e tendências. Jornada Acadêmica – FACIN PUCRS. 2010

ABRANTES, Antonio Carlos de Souza. A patenteabilidade de algoritmos e do Programa de computador em si. Revista da ABPI- Associação Brasileira da Propriedade Intelectual. Rio de Janeiro. v.135, p. 6-21. Mar/Abr 2015.

Aula 07: Propriedade Intelectual & Startup

Texto inicial: ABRANTES, Antonio Carlos de Souza. A patenteabilidade de algoritmos e do programa de computador em si. Revista da ABPI- Associação Brasileira da Propriedade Intelectual. Rio de Janeiro. v.135, p. 6-21. Mar/Abr 2015.

Aula 08: Blockchain e Smartcontracts

Texto inicial: PILKINGTON, M. Blockchain Technology: principles and applications. Research Handbook on Digital Transformations, 18, 2015. Disponível em: <<https://ssrn.com/abstract=2662660>>.

Aula 09: Startup e Regulação

Texto inicial: ARAÚJO, D. B. S. G. Mercado de capitais: definição, funções, objetivos e histórica da regulação brasileira. In: _____. Regulação brasileira do mercado de capitais. São Paulo: Saraiva, 2015.

BAPTISTA, Patrícia; KELLER, Clara Iglesias. Por que, quanto e até onde regular as novas tecnologias? Entre inovação e preservação, os desafios trazidos pelas inovações disruptivas. In: FREITAS, Rafael Veras de; RIBEIRO, Leonardo Coelho; FREIGELSON, SATHLER, Marina Rosa. Os desafios do equity crowdfunding. In: FREITAS, Rafael Veras de; RIBEIRO,

Leonardo Coelho; FREIGELSON, Bruno (Coord.). Regulação e novas tecnologias. Belo Horizonte: Fórum, 2017.

Bruno (Coord.). Regulação e novas tecnologias. Belo Horizonte: Fórum, 2017.

ZHOU, W.; ARNER, D. W.; BUCKLEY, R. P. Regulation of Digital financial services in china: last mover Advantage. *Tsinghua China Law Review*, University of Hong Kong Faculty of Law Research, [Paper no. 2015/044], N. 8, 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2660050>>.

Aula 10: Cases de Sucesso

Texto inicial: Debate com CEOs de startups de destaque no mercado.

OBJETIVOS

A atividade acadêmica objetiva aprofundar a compreensão do ecossistema de inovação, examinar as peculiaridades das relações jurídicas estabelecidas e instigar os mestrandos a pensar em soluções para os desafios que se apresentam com os avanços tecnológicos.

AVALIAÇÃO

Participação em aula, participação nos seminários e elaboração de parecer jurídico para solução dos problemas propostos para cada seminário.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BHIDE, Amar. Bootstrap finance: the art of start-ups. **Harvard Business Review**, [s. l.], v. 70, n. 6, p. 109-117, nov. 1992.

BILLINGSLEY, Randall S.; SMITH, David M. Why do firms issue convertible debt? **Financial Management**, [s. l.], v. 25, n. 2, p. 93-99, 1996.

COELHO, Giulliano Tozzi; CAMARGO, Henrique Cabral; RIGÃO, Romulo de Oliveira. Contrato de investimento em startup pela ótica da teoria da agência: análise de cláusulas e a relação com os conflitos de agência. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, v. 976, p. 221-239, fev. 2017.

COOTER, Robert; SCHÄFER, Hans-Bernd. **O nó de Salomão**: como o direito pode erradicar a pobreza das nações. Curitiba: CRV, 2017.

FELD, Brad; MENDELSON, Jason. **Venture deals**: be smarter than your lawyer and venture capitalist. 3. ed. Nova Jersey: Willey, 2016.

JONIKAS, Donatas. **Startup evolution curve: from idea to profitable and scalable business.** San Bernardino: IDEA, 2018.

JÚDICE, Lucas Pimenta; NYBO, Erik Fontenele. **Direito das Startups.** Curitiba: Juruá, 2016.

LARRATE, Marco. **Governança corporativa e remuneração dos gestores.** 1. ed. Atlas. São Paulo, 2013.

PORTO, Éderson Garin. **Manual jurídico das startups.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2018.

PRADO, Roberta Nioac; PEIXOTO, Daniel Monteiro; DE SANTI, Eurico Marcos Diniz. **Direito societário: estratégias societárias, planejamento tributário e sucessório.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

REUM, Courtney; REUM, Carter. **Shortcut your startup: speed up success with unconventional advice from the trenches.** Nova York: Gallery Books, 2018.

RIES, Eric. **The lean startup: how today's entrepreneurs use continuous innovation to create radically successful business.** Nova York: Crown Business, 2011.

SCALZILLI, João Pedro; SPINELLI, Luis Felipe; TELLECHEA, Rodrigo. Sociedade em conta de participação: aplicações práticas e diferentes formatações. *In*: BOTREL, Sérgio; BARBOSA, Henrique. **Finanças corporativas: aspectos jurídicos e estratégicos.** São Paulo: Atlas, 2016. p. 617-637.

THIEL, Peter. **Zero to one: notes on startups, or how to build the future.** Nova York: Crown Business, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COUTINHO, Sérgio Mendes Botrel. **Fusões e aquisições.** 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

DEGENNARO, Ramon. P.; DWYER, Gerald P. **Expected returns to stock investments by angel investors in groups.** Atlanta: Federal Reserve Bank of Atlanta, 2010. (Working Paper Series).

DIMOV, D.; MURRAY, G. Determinants of the incidence and scale of seed capital investments by venture capital firms. **Small Business Economics**, [s. l.], v. 30, n. 2, p. 127-152, Feb. 2008. ISSN: 0921898X.

DINIZ, Gustavo Saad. Instrumentos de capitalização societária. **Revista de Direito Privado**, São Paulo, v. 49, p. 103-121, jan./mar. 2012.

ENEI, José Virgílio Lopes. O capital de risco e o private equity no Brasil: a nova lógica do investimento. *In*: ADAMEK, Marcelo Vieira Von (coord.). **Temas de direito societário e empresarial contemporâneos.** São Paulo: Malheiros, 2011. p. 723.

GOMPERS, P.; LERNER, Josh. The venture capital revolution. **The Journal of Economic Perspectives**, Nashville, v. 15, n. 2, p. 145-168, 2001.

GOMPERS, P.; LERNER, J. **The venture capital cycle**. Cambridge, USA: MIT Press, 2002.

HAAS, Jeffrey J. **Corporate finance**. Nova York: West Academic, 2017.

HILL, Claire; QUINN, Brian; SOLOMON, Steven. **Mergers and acquisitions**. St. Paul: West Academy, 2016.

KERR, William R.; LERNER, Josh.; SCHOAR, Antoinette. The consequences of entrepreneurial finance: evidence from angel financings. **Review of Financial Studies**, [s. l.], v. 27, n. 1, p. 20-55, Jan. 2014.

MAXWELL, A. L.; JEFFREY, S. A.; LÉVESQUE, M. Business angel early stage decision making. **Journal of Business Venturing**, [s. l.], v. 26, p. 212-225, 2011.

SAZONOV, S. *et al.* Alternative sources of business development: Mezzanine financing. **Scientific Papers of the University of Pardubice, Series D: Faculty of Economics and Administration**, [s. l.], v. 23, n. 37, p. 143-155, Jan. 1, 2016. ISSN: 18048048.

WONG, Andrew; BHATIA, Mihir; FREEMAN, Zachary. Angel finance: the other venture capital. **Strategic Change**, [s. l.], v. 18, n. 7/8, p. 221-230, Nov. 2009.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: **Tópicos Especiais I - Temas Emergentes em Arbitragem**

Ano/Semestre: 2023/2

Carga horária total: 15h/a

Créditos: 1 Crédito

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112169_T18

Professor: Prof. Dr. Manoel Gustavo Neubarth Trindade

EMENTA

Arbitragem e Eficiência Econômica. Gestão de Conflitos. Estratégia. Métodos Adequados de Solução de Conflitos. Cláusulas Escalonadas. Third-Party Funding. Arbitragem Coletiva. Arbitragem e Mercado de Capitais. Arbitragem e Administração Pública. Arbitragem e Direito Concorrencial. Arbitragem e Procedimento. Análise Econômica do Direito e Arbitragem.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Gestão de Conflitos, Estratégia e Eficiência Econômica;
- Third-Party Funding;
- Arbitragem Coletiva;
- Arbitragem no Mercado de Capitais;
- Arbitragem e Direito Concorrencial;
- Arbitragem e Administração Pública.
- Arbitragem e Análise Econômica do Direito.

OBJETIVOS

Ser capaz de compreender a emergência de novos métodos de solução de conflitos, ponderando as alternativas e a busca pela maior eficiência. Desenvolver uma postura crítica e com autonomia intelectual na análise do ordenamento processual, a fim de enfrentar adequadamente os problemas jurídicos e propor soluções, com vistas a concepção de estratégias de

enfrentamento de conflitos. Conhecer e usar a ferramenta da arbitragem como protagonista social, adotando postura ética, independente e responsável.

METODOLOGIA

Alinhadas às competências a serem desenvolvidas e buscando envolver o aluno de forma ativa no processo de aprendizagem, serão adotadas metodologias e técnicas pedagógicas diversificadas, tais como: aulas expositivo-dialogadas; trabalhos individuais e/ou em grupo; leituras e estudos dirigidos; resoluções de problemas; análises e discussões de documentos; estudos de casos; pesquisas; seminários; estudos de caso; resenhas, análises de filmes; debates; assessoramentos individuais ou em grupo; estudos dirigidos; fichas de leitura; exercícios para resolução individual e em equipe; produções de textos e artigos científicos.

AValiação

As formas de avaliação envolverão tanto a dimensão individual quanto a coletiva, e deverão contemplar a participação nas atividades realizadas em aula. Em princípio, estima-se:

Participação em aula, Seminários e Trabalhos em Grupo = 4,0E

Elaboração de Artigo Científico e Trabalhos individuais = 6,0.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BERALDO, Leonardo de Faria. **Curso de arbitragem nos termos da Lei 9.307/96**. São Paulo: Atlas, 2014.

CAHALI, Francisco José. **Curso de arbitragem**. 7. ed. São Paulo: RT, 2018.

CARMONA, Carlos Alberto. **Arbitragem e processo**. São Paulo: Atlas, 2008.

NOHMI, Antônio Marcos. **Arbitragem internacional: mecanismos de solução de conflitos entre Estados**. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

PUCCI, Adriana Noemi. **Aspectos atuais da arbitragem**. São Paulo: Forense, 2001.

SCAVONE JUNIOR, Luiz Antônio. **Manual de arbitragem**. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

TIMM, Luciano. **Arbitragem nos contratos**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009.

IDENTIFICAÇÃO

Mestrado Profissional em Direito da Empresa e dos Negócios

Nível: Mestrado Doutorado

Disciplina: **Tópicos Especiais I - Teoria do Sistema Social e Tecnologia em Rede**

Ano/Semestre: 2023/2

Carga horária total: 15h/a

Créditos: 1 Crédito

Área temática: Direito

Código da disciplina: 112169_T17

Professor: Profa. Dra. Daniela Pellin

EMENTA

Teoria do Sistema Social a partir de Humberto Maturana, Francisco Varela e Niklas Luhmann. A comunicação como fenômeno social e cultural. A comunicação organizacional como fenômeno de mudança sistêmica. A Tecnologia como território da Sociedade da Informação. O sistema jurídico da Sociedade da Informação 5.0.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1º Encontro	TEMA: Teoria do Sistema Social: estrutura e função
2º Encontro	TEMA: A comunicação estruturante e seu funcionamento
3º Encontro	TEMA: A comunicação organizacional e a interdependência sistêmica
4º Encontro	TEMA: A Tecnologia em Rede para a Sociedade da Informação 5.0
5º Encontro	TEMA: O Sistema Jurídico e o Direito da Sociedade da Informação 5.0

OBJETIVOS

O objetivo da disciplina é introduzir a Teoria do Sistema Social como plataforma de discussão dos fenômenos tecnológicos que impactam a vida humana em toda sua estrutura e funcionamento e que a dogmática jurídica, a norma e a ciência do Direito historicamente construídos não dão conta de relacionar. Ao fim do percurso da disciplina, o pesquisador terá desenvolvido a competência e a habilidade de compreender, em um contexto de autopoiese, complexidade e interdependência, o Sistema Jurídico, sua estrutura e funcionamento, bem como, as tendências que o futuro reserva para a ciência do Direito, em rede e para atender a

sociedade da informação 5.0, mas, com a massa crítica que o cenário jurídico e a sociedade reclamam.

METODOLOGIA

No desenvolvimento da atividade acadêmica, poderão ser utilizadas as seguintes metodologias: aulas dialogadas e expositivas; seminários; estudo e discussão de casos; provas orais e/ou escritas; leitura, fichamento e análise de textos; produção textual; trabalhos coletivos e individuais; exibição e discussão de obras artístico-culturais, convidados externos.

AValiação

As formas de avaliação envolverão tanto a dimensão individual quanto a coletiva, e deverão contemplar a participação nas atividades realizadas em aula. Em princípio, estima-se:

Seminário = de 0,0 a 4,0

Atividade de conclusão de disciplina = de 0,0 a 6,0.

Assim, a avaliação é compreendida como: a elaboração e entrega, no prazo, de artigo científico (segundo regras da ABNT e de metodologia científica da pesquisa) que deverá abordar: objeto, problema, hipótese, objetivo geral, objetivos específicos, referências bibliográficas, nacional e estrangeira, descrição do método, observados ao longo do processo de construção da disciplina que computará o valor de 0,0 a 6,0. **Caso o artigo seja entregue fora do prazo, será descontado 1,0 ponto do total avaliado.**

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CASTELLS, Manuel. **O poder da comunicação**. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

KAHNEMAN, Daniel. **Ruído: uma falha no julgamento humano**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2021.

LUHMAN, Niklas. **O direito das sociedades**. São Paulo: Martins Fontes, 2016.

LUHMAN, Niklas. **Organización y decisión**. Trad. Dario Rodrigues Mansilia. Cidade do México: Universidad Iberoamericana, 2010.

LUHMAN, Niklas. **A realidade dos meios de comunicação**. Trad. Ciro Marcondes Filho São Paulo: Paulus, 2005.

LUHMAN, Niklas. **Confianza**. Trad. Amanda Flores. Santiago de Chile: Instituto de Sociologia Universidad Catolica, 1996.

LUHMAN, Niklas. **Poder**. Trad. Martine Greusot de Rezende Martins. Brasília, DF: Editora UnB, 1985.

MATURANA, Humberto R *et al.* **A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana**. Trad. Humberto Maiotti e Lia Diskin. São Paulo: Palas Athena, 2001.

NEVES, Rômulo Figueira. **Acoplamento estrutural, fechamento operacional e processos sobrecomunicativos na teoria dos sistemas sociais de Niklas Luhmann**. 2005. Dissertação (Mestrado em sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Departamento de Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

ROCHA, Leonel Severo *et al.* **Introdução à teoria do sistema autopoietico**. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2013.

VILLAS BÔAS FILHO, Orlando. **Uma abordagem sistêmica do direito no contexto da modernidade brasileira**. 2006. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARROS, Elen *et at.* Ivone de Lourdes Oliveira: reflexões sobre a comunicação no contexto das organizações, um campo em construção. *In:* OLIVEIRA, Ivone de Lourdes; PENNINI, Anice; MOURÃO, Isaura (org.). **Compreendendo um campo de conhecimento: reflexões epistemológicas sobre a comunicação organizacional a partir de autores brasileiros**. 1. ed. Curitiba: CRV, 2015. p. 139-153.

CURVELLO, João José Azevedo *et al.* A comunicação e as organizações como sistemas complexos: uma análise a partir das perspectivas de Niklas Luhmann e Edgar Morin. **Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**, Brasília, DF, v. 11, n. 3, 2008.

DALLERA, Osvaldo. **La sociedad como sistema de comunicación: la teoría sociológica de Niklas Luhmann em 30 lecciones**. 1. ed. Buenos Aires: Biblos, 2012.

LUHMAN, Niklas. **Sistemas sociais: esboço de uma teoria geral**. Petrópolis: Vozes, 2016.

LUHMAN, Niklas. **Sociologia do Direito 1**. Trad. Gustavo Bayer. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1983.

MARCHIORI, Marlene. **Cultura e comunicação organizacional: um olhar estratégico sobre a organização**. 2. ed. São Caetano: Difusão, 2008.

RINALDI, Alexandra; BARREIROS, Dorival. A importância da comunicação de riscos para as organizações. **Organicon**, São Paulo, ano 4, n. 7, p. 138-147, 2007. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/138930>. Acesso em: 10 out. 2022.